

Empoderamento, gênero e microcrédito

A política de microcrédito na Região Metropolitana do Recife



Petra de Kruijf

S1045733

Tese de mestrado

Latin American Studies

Universidade de Leiden

Orientadora: Dr. M. L. Wiesebron

Agosto 2014

Índice

Lista de abreviaturas	2
Introdução	4
Capítulo 1. Empoderamento da mulher e microcrédito como forma de erradicar pobreza	7
1.1. Empoderamento da mulher	7
1.2. Microcrédito como forma de erradicar pobreza e empoderar mulheres	14
Capítulo 2. Microcrédito no Brasil: uma perspectiva histórica	20
2.1. A história do microcrédito	20
2.2. Surgimento do microcrédito no Brasil	21
2.3. Desigualdade social e de renda no Brasil	28
Capítulo 3. Política do microcrédito na Região Metropolitana do Recife em favor das mulheres empreendedoras	31
3.1. Política das instituições analisadas	33
3.2. Perfil das tomadoras do microcrédito na Região Metropolitana do Recife	47
3.3. Empoderamento das mulheres entrevistadas na Região Metropolitana do Recife através de microcrédito	51
Conclusão	55
Referências bibliográficas	58
Lista de entrevistas, observações participantes e questionários	63
Anexo de fotos	64

Palavras chaves:

Microcrédito, instituições do microcrédito, empoderamento da mulher, microempreendedoras, Crescer, políticas públicas, impacto gênero e Região Metropolitana do Recife.

Número total de palavras: 22.478

Lista de abreviaturas

AITEC: Acción Internacional Técnica

AGEFEPE: A Agência de Fomento do Estado de Pernambuco

BASA: Banco da Amazônia

BB: Banco do Brasil

BCB: Banco Central do Brasil

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNB: Banco do Nordeste do Brasil

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAIXA: Caixa Econômica Federal

CEAPE: Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos

CEAPE-PE: Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos de Pernambuco

CEAPE-RS: Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos do Rio Grande do Sul

CMN: Conselho Monetário Nacional

CPF: Cadastro de Pessoas Físicas

FAT: Fundo de Amparo ao Trabalhador

INEC: Instituto Nordeste Cidadania

MP: Medida Provisória

ONG: Organização não governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PBE: Programa Brasil Empreendedor

PCPP: Programa de Crédito Produtivo Popular

PEA: População Economicamente Ativa

PIM: Programa de Integração das Microfinanças e do Microcrédito

PMC: Programa de Microcrédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

PNMPO: Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

PNUD: Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROGER: Programa de Geração de Emprego e Renda

PT: Partido dos Trabalhadores

RG: Registro Geral

RMR: Região Metropolitana do Recife

SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

STQE: Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo

TAC: Taxa de Abertura de Crédito

UNICAP: Universidade Católica de Pernambuco

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIFEM: United Nations Development Fund for Women (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher)

UNO: União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações

Introdução

O Brasil é a sétima maior economia do mundo. Contudo, possui altos níveis de pobreza¹ e desigualdade social, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Os altos níveis dificultam a eficiência econômica e o crescimento da economia (Skoufias, Leite e Narita, 2013:1). Nas últimas décadas, o governo brasileiro a nível municipal, estadual e nacional implementou programas do microcrédito como política para reduzir a desigualdade social e superar o desemprego e a pobreza no Brasil.

A relevância e o foco em mulheres beneficiárias dos programas do microcrédito deve-se ao fato do agravamento da ‘feminização da pobreza’ na última década. Em 1995, o Relatório de Desenvolvimento Humano destaca que as mulheres enfrentam muitos problemas no mundo, e que não existe uma sociedade na qual a mulher tenha as mesmas oportunidades que o homem. Por um lado, houve melhorias na área de educação, porém, por outro lado, na área laboral não houve semelhantes melhorias. De modo geral, o trabalho das mulheres não é remunerado e às vezes até desvalorizado. Além disso, as mulheres enfrentam grandes dificuldades de obter empréstimos ou outras formas de crédito (Wiesebron, 1999:115-116). No final de 2012, pesquisa da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) mostrou uma crescente ‘feminização da pobreza’. A exposição à pobreza das mulheres é mais alta do que a dos homens em todos os países da América Latina. Em treze dos dezoito países, inclusive o Brasil, esta pauta agravou-se entre 2002 e 2008. A cada dez homens pobres² na região da América Latina, há doze mulheres na mesma situação. Este agravamento da ‘feminização da pobreza’ está relacionado ao mercado de trabalho. A porcentagem dos homens que têm algum tipo de ocupação remunerada é no mínimo de 60%, enquanto a das mulheres não chega a esse percentual, já que a maioria não participa do mercado de trabalho. Dentro do grupo das mulheres, extremamente pobres, com emprego entre 35% e 40% trabalham por conta própria (informal) e aproximadamente 15% fazem trabalho doméstico. No caso das mulheres pobres, mais de 60% têm trabalho assalariado ou trabalham por conta própria³. Contudo, é importante mencionar que programas sociais como Bolsa Família também ajudam a reduzir essa ‘feminização’ da pobreza.

¹ Estou consciente que o conceito pobreza é muito amplo e que existem várias teorias quanto ao conceito. Consulta os livros ‘Making poverty: a history’ (Lines, 2008) e ‘The globalization of poverty’ (Chossudovsky, 1996) para analisar a pobreza. Neste trabalho não se tratará o conceito pobreza, porque o foco desta tese está no empoderamento e microcrédito.

² Na análise da CEPAL, são consideradas pobres as pessoas que recebem mensalmente menos de R\$ 112 per capita e extremamente pobres as que ganham menos que R\$ 98.

³ Informação obtida no site: <http://www.tribunadabahia.com.br/2012/11/27/pobreza-atinge-mais-mulheres-do-que-homens-na-america-latina>

A política do microcrédito busca diminuir exatamente esta problemática da pouca representação das mulheres na área laboral e o agravamento da ‘feminização da pobreza’. O Ministério do Trabalho afirma isto, apontando a mulher como maior tomador de empréstimos entre pequenos empreendedores no Brasil (Carvalho, 2013:38). Além disso, a política do microcrédito objetiva empoderar as mulheres não apenas a nível financeiro, mas também a nível social, buscando mudar a divisão sexual entre homens e mulheres, entre outros, no mercado de trabalho e no domicílio.

O microcrédito é interessante, porque incentiva as pessoas a desenvolverem seus negócios e ficarem independentes. Cabe-se notar que é diferente dos outros programas sociais, como por exemplo Bolsa Família, porque não dá dinheiro às pessoas, mas faz com que as pessoas se tornem independentes e que gerem renda, aplicando o crédito no seu negócio. Frequentemente, o microcrédito é visto como uma opção para quem quer deixar o Bolsa Família e entrar no empreendedorismo formal⁴.

Na presente tese, analisa-se a política do microcrédito na Região Metropolitana do Recife (RMR) vinculada ao empoderamento das mulheres beneficiárias dos programas do microcrédito na mesma região. Dentre deste contexto, fez-se uma pesquisa de campo na RMR objetivando responder a seguinte pergunta central: o microcrédito pode empoderar as mulheres? Através da consulta de artigos acadêmicos, de entrevistas com funcionários de instituições do microcrédito e acadêmicos e de questionários anônimos com mulheres beneficiárias dos programas do microcrédito buscou-se responder esta pergunta.

No primeiro capítulo definir-se-á os conceitos empoderamento e microcrédito. Analisar-se-á a visão de vários autores sobre o empoderamento, a focalização em mulheres dentro do contexto de empoderamento e os obstáculos dos projetos de empoderamento. Além disso, buscar-se-á definir o conceito microcrédito e abordar como estratégia de erradicar a pobreza e a polêmica do tema. Por fim, considerar-se-á o microcrédito como mecanismo de empoderar pessoas e a focalização do microcrédito em mulheres.

No segundo capítulo buscar-se-á contextualizar o surgimento do microcrédito no Brasil. Primeiro analisar-se-á, brevemente, a história do microcrédito, em especial o caso do Banco Grameen de Bangladesh. Depois, observar-se-á o surgimento do microcrédito no Brasil, abordando quatro diferentes fases entre 1973 e 2011. Analisar-se-á em específico, as políticas públicas de microcrédito dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio da Silva. Por fim, buscar-se-á conhecer as instituições importantes de microcrédito no Brasil.

⁴ Informação obtida no site: <http://www.diariodopoder.com.br/noticias/microcredito-e-opcao-para-quem-quer-deixar-o-bolsa-familia/>

No terceiro capítulo tratar-se-á o estudo de caso. Esse estudo de caso teve lugar nos meses de Novembro e Dezembro de ano 2013 na Região Metropolitana do Recife. Realizou-se onze entrevistas semi-estruturadas com funcionários de instituições de microcrédito, funcionários de bancos e acadêmicos da Universidade Federal de Pernambuco. Além disso, fez-se quatro observações participantes, nas quais visitou-se clientes de três instituições de microcrédito com os agentes das mesmas instituições. Por fim, entrevistou-se, através de um questionário anônimo, dezessete mulheres que participam em algum programa de microcrédito na Região Metropolitana do Recife. Através da informação obtida, analisar-se-á a política do microcrédito na RMR, o perfil das mulheres empreendedoras envolvidas nos programas do microcrédito e o microcrédito como mecanismo de empoderar mulheres. Primeiro, analisar-se-á o programa federal Crescer do governo Dilma Vana Rousseff. Depois, observar-se-á a política das instituições que trabalham diretamente e indiretamente com o microcrédito na RMR, formando uma imagem, entre outros, do público-alvo, da missão, da perspectiva, dos desafios para o futuro de cada instituição. Quando criada esta imagem da política do microcrédito, analisar-se-á se as mulheres encaixam-se nesta imagem e visão das instituições. Na segunda parte, objetivar-se-á formar uma imagem da mulher empreendedora na RMR a partir das mulheres entrevistadas através de um questionário anônimo. Na terceira parte, abordar-se-á o microcrédito como mecanismo de empoderar as mulheres. Por fim, através dos resultados do questionário, das entrevistas semi-estruturadas e artigos acadêmicos, buscar-se-á responder a pergunta central da pesquisa.

Por fim, finalizar-se-á esta tese com a conclusão e as referências bibliográficas.

1. Empoderamento da mulher e microcrédito como forma de erradicar pobreza

Neste capítulo empenhar-se-á a definir os conceitos empoderamento e microcrédito. Na primeira parte, analisar-se-á a visão de vários autores sobre o empoderamento, a focalização em mulheres dentro do contexto de empoderamento e por fim os obstáculos por causa do crescimento do interesse em empoderamento. Segundo, observar-se-á o microcrédito. Buscar-se-á definir o conceito, discutir-se-á como a estratégia de erradicar pobreza e a polêmica do tema. Na terceira parte, microcrédito e mulheres, considerar-se-á o microcrédito como mecanismo de empoderar pessoas e a focalização do microcrédito em mulheres.

1.1. Empoderamento da mulher

Várias instituições e políticos referem-se ao termo empoderamento, geralmente de mulheres ou pobres, como um objetivo de desenvolvimento pessoal e econômico, mas o que querem dizer com esta palavra? Nesse contexto, empoderamento tornou-se um termo amplamente usado, porém não existe um conceito claro, nem um método adequado para medi-lo ou observá-lo (Medel-Añonuevo, 1995:5-7; Mosedale, 2005:243-244 e Lundén, 2006:15).

Desde que Organizações das Nações Unidas (ONU) proclamou a ‘Década da Mulher’ em 1975, a atenção para a problemática de mulheres aumentou consideravelmente. Desde então, o foco na educação, seja a forma de conscientização ou a aquisição de habilidades, das organizações das mulheres, agências dos governos e agências internacionais tornou-se mais visível. Pressupôs-se que se a mulheres entendessem sua situação, conhecessem seus direitos e aprendessem que habilidades, tradicionalmente, eram negadas a elas, o empoderamento seguiria (Medel-Añonuevo, 1995:5).

Segundo Stromquist (1995) o uso internacional do conceito empoderamento surgiu com o livro do Sen y Grown, *Desenvolvimento, crise e visões alternativas: perspectivas das mulheres do terceiro mundo* (1985). Esse livro contem um capítulo sobre o empoderamento no qual os autores identificam a criação das organizações femininas como as instituições adequadas para desenhar e implementar as estratégias para a transformação do gênero. O empoderamento requer o envolvimento das mulheres no planejamento e implementação dos projetos (13-15).

Durante o Seminário Internacional sobre a Educação das Mulheres e Empoderamento em Hamburgo as participantes, pesquisadoras, professoras e ativistas do mundo inteiro

reuniram-se para discutir o tema. Todas estavam de acordo que o termo ‘empoderamento’ tornou-se um dos termos de desenvolvimento mais utilizado. (Medel-Añonuevo, 1995:5-7).

Por tanto, o conceito empoderamento é difícil de definir. Por um lado, empoderamento é visto como uma meta ou objetivo por muitos programas ou projetos de desenvolvimento, geralmente relacionado à situação econômica da pessoa. Por outro lado, pode ser definido como um processo pelo qual pessoas passam e que pode gerar mudanças. Mas em geral, todos referem-se à palavra poder. Algumas definições do conceito incluem as relações interpessoais e as instituições como lugares possíveis de empoderamento. Outros autores consideram empoderamento possível ao nível individual. O termo é quase sempre usado nos contextos relevantes para os grupos marginalizados como os menos favorecidos, os analfabetos, as comunidades indígenas e, obviamente, as mulheres (Medel-Añonuevo, 1995:8) (Dighe, 1995:41-44).

Stromquist define o empoderamento como um conceito sociopolítico, que inclui elementos cognitivos, psicológicos, econômicos e políticos. O primeiro refere-se ao fato de que as mulheres devem compreender as condições e as causas da sua subordinação aos níveis micro e macro da sociedade. Isto inclui a aquisição do conhecimento dos direitos e sexualidade para criar uma nova compreensão das relações do gênero e a destruição das crenças antigas que estruturaram as ideologias do gênero. O segundo elemento concentra-se no ato de que as mulheres devem acreditar que elas mesmas podem agir ao nível pessoal e social para melhorar sua própria condição. Em geral as mulheres, especialmente as de baixa renda, acreditam nos estereótipos femininos da passividade e auto-sacrifício. Por isto, que este elemento envolve o abandono dessa crença da incapacidade e o desenvolvimento da auto-estima e confiança em si mesmo. O elemento econômico consiste em conseguir um trabalho fora de casa, mesmo se isto implique uma dupla carga. Isto é preciso para que a mulher desenvolva uma maior independência econômica e portanto independência em geral. O último elemento, o político, inclui a capacidade de organizar-se e mobilizar-se para a mudança social. O processo de empoderamento deve envolver conscientização individual e ação coletiva é fundamental para alcançar mudança social. Stromquist enfatiza que ter poder dentro de si é muito importante antes de exercer poder sobre alguns segmentos da sociedade. Stromquist conclui que empoderamento é o processo de mudar a distribuição do poder, tanto nas relações interpessoais, como nas instituições em toda a sociedade (1995:7-16).

O Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) define o empoderamento da mulher através de cinco elementos: a auto-estima das mulheres; o direito de ter e determinar escolhas; o direito de ter acesso a oportunidades e recursos; ter o direito de

ter o controle sobre sua própria vida, tanto em casa, como fora de casa; e ter a capacidade de influenciar a direção de mudança social a nível nacional e internacional (2008:9).

Fariazi, Rahman e McAllister referem-se a empoderamento como uma situação institucional que permite que pessoas assumam o controle dos recursos materiais, dos recursos intelectuais e da ideologia. Recursos materiais podem ser físicos, humanos ou financeiros, como terreno, água, florestas, corpos das pessoas e seu trabalho, dinheiro e o acesso ao dinheiro. Recursos físicos são o conhecimento, a informação e as ideias. Ter o controle sobre ideologias refere-se à habilidade de determinar como as pessoas observam e atuam dentro de um determinado ambiente socio-econômico e político. A posição social, como classe, casta, etnia e gênero determinam o acesso das mulheres a recursos e poder (2011:17).

Mosedale concorda com Fariazi *et al.* que o nível do empoderamento pode variar devido a vários elementos, conforme classe ou casta, etnia, riqueza, idade, posição da família etc. Porém, no conceito ela tem uma aproximação diferente. Segundo ela, usa-se o termo empoderamento para determinar várias coisas, mas geralmente existem quatro elementos aos quais se referem na literatura sobre empoderamento da mulher. Primeiro, para ser empoderado deve-se ter sido desempoderado. Segundo, empoderamento não pode ser concedido por terceiros. As pessoas que se tornam empoderadas, devem reivindicá-lo. Por isso que instituições de desenvolvimento não conseguem empoderar mulheres, só podem facilitar o processo de empoderamento. Terceiro, define-se empoderamento no contexto de pessoas fazerem escolhas ou decisões sobre questões importantes na sua vida e poder realizá-las. Quarto, empoderamento é um processo sem meta final ou sem fim. Por fim, menciona que empoderamento é o processo de redefinir os papéis do gênero de tal forma que suas possibilidades de ser e agir se estendam. Alcançar uma mudança que amplia opções para si mesmas, mas também para mulheres em geral, hoje em dia e no futuro (2005:244).

Na sua aproximação Kabeer também refere-se ao estado de ser desempoderado, porque, segundo ela, o empoderamento é vinculado ao desempoderamento. Desempoderamento quer dizer sem poder. Uma das definições do poder é a capacidade de fazer escolhas. Escolha implica necessariamente a possibilidade de ter opções ou alternativas. Ser desempoderado, portanto, significa ser impossibilitado de fazer escolhas. O empoderamento refere-se, por isso, ao processo de adquirir a capacidade de fazer escolhas. Porém, isto só aplica-se às pessoas que foram desempoderadas no passado. O empoderamento, então, ocasiona o processo de mudança (*process of change*). Pobreza e desempoderamento são associados de forma lógica, porque a insuficiência de necessidades básicas elimina a capacidade de fazer escolhas (1999:436-437).

Chen (1996) enfatiza, mais que Kabeer, o processo econômico do empoderamento. O poder ou acesso das mulheres a recursos materiais é uma condição necessária para obter poder social e autonomia. Se a produtividade das mulheres aumentasse, as mulheres exerceriam maior poder e autonomia dentro das suas casas (citado por Fariazi *et al*, 2011:19).

Porém, segundo vários autores, empoderamento não é necessariamente um resultado de força econômica. O processo de empoderamento envolve em primeiro lugar que as mulheres reconheçam a ideologia que legitima a dominação masculina e em segundo lugar entendam como isso prolonga sua opressão (Mosedale, 2005:248; Lundén, 2006:15 e Kabeer, 2005:13).

United Nations Development Fund for Women (UNIFEM) define o empoderamento econômico das mulheres como: ‘having access to and control over the means to make a living on a sustainable and long term basis, and receiving the material benefits of this access and control. Such a definition goes beyond short-term goals of increasing women’s access to income and looks for longer term sustainable benefits, not only in terms of changes to laws and policies that constrain women’s participation in and benefits from development, but also in terms of power relationships at the household, community and market levels⁵’ (Mosedale, 2005:247).

Segundo Lazo, empoderamento é adquirir poder. Poder é uma qualidade complexa que dá a uma pessoa a autoridade e a força de exercer controle e influência, a posse, o acesso e o controle sobre meios e recursos. Conforme ela, empoderamento é composto por cinco componentes. O primeiro componente consiste no processo de adquirir, fornecer e dar os recursos e os meios ou possibilitar o acesso ou o controle sobre esses meios e recursos. Importante desse componente é que o indivíduo tenha o potencial de adquirir poder sobre suas próprias iniciativas ou que outra instituição torne aquilo possível para ele. O agente potencial do empoderamento é a pessoa que está sendo empoderada. No segundo componente, o empoderamento capacita a pessoa a ter compreensão e conscientização sobre aquilo que é negativo na situação atual dela, sobre a percepção de uma situação melhor, sobre as possibilidades de alcançar as metas e sobre o que ela deveria fazer para conseguir uma vida melhor. Trata uma mudança de percepções sobre si mesmo, o ambiente, e a relação entre os dois. Mudança de percepções implica a mudança de atitude e a mudança de suas perspectivas

⁵ Tradução em português: o empoderamento econômico das mulheres é ter acesso e controle sobre os meios para ter uma vida digna ao longo prazo, e receber os benefícios deste acesso e controle. Essa definição vai além dos objetivos a curto prazo de aumentar o acesso das mulheres à renda. Procura alcançar benefícios ao longo prazo, como mudanças nas leis e nas políticas, mas também nas relações em casa, na comunidade e no mercado (Petra de Kruijf).

na vida. Terceiro, empoderamento capacita mulheres a gerar escolhas e adquirir influência e poder. Empoderadas, as mulheres procuram ou criam opções. Quando tenham as opções, as mulheres podem a) optar por não seguir as pressões e demandas das pessoas mais poderosas; e b) pedir ou negociar com essas pessoas que modifiquem aquela situação. Nesse componente, o empoderamento capacita a pessoa a escolher suas metas, gerar oportunidades, determinar a orientação da vida e fazer demandas. Em seguida, no quarto componente, o empoderamento capacita a mulher a ganhar poder relativo, já que ela tem escolha e poder. As consequências poderiam ser redução da invisibilidade, redução da vulnerabilidade, redução ou erradicação da exploração e a disponibilidade e uso dos serviços e recursos sociais. Como meta final, o empoderamento deveria levar a melhoria da situação socio-econômica da mulher (Lazo, 1995:25-26).

Lundén faz uma distinção entre o conceito do empoderamento na teoria Feminista Dominante e na teoria Feminista Pós-colonial. A teoria Feminista Dominante enfatiza na mulher do Primeiro Mundo, enquanto a teoria Feminista Pós-colonial focaliza-se na mulher do Terceiro Mundo. Na primeira teoria discute-se que as mulheres do Terceiro Mundo deveriam tornar-se iguais às mulheres do Primeiro Mundo. As mulheres do Ocidente deveriam definir o empoderamento e ajudar as mulheres do Terceiro Mundo em alcançá-lo. Sublinha-se a importância do desenvolvimento econômico no contexto do empoderamento, porque isso, segundo essa teoria, gera conseqüentemente desenvolvimento social e político. Mulheres podem tornar-se empoderadas aumentando sua produtividade, contribuindo economicamente para sua família, porque isso conseqüentemente muda os papéis do gênero. Além disso, sublinha-se o acesso à educação e à alfabetização. Conseqüentemente a auto-estima e auto-confiança vão aumentar. O foco nas relações de gênero dentro do domicílio enfatiza o papel de cada mulher em mudar as estruturas do gênero. Quando a situação econômica da mulher individualmente aumenta, também sua posição social deve aumentar. Mas por outro lado, acredita-se que através de organização coletiva mulheres encontram outras mulheres, porque discutem as relações do gênero, criam redes sociais e por conseqüência fortalecem sua auto-confiança. Na segunda teoria há mais um foco nos elementos sociais e políticos que econômico. Mulheres não se tornam empoderadas por apenas entrar no espaço público e ganhar dinheiro. Além disso, argumenta-se a importância de ver as mulheres como agentes ativas no processo de empoderamento. As mulheres do Terceiro Mundo têm o papel de agentes ativas, e não são vítimas passivas. Portanto, há um foco maior nas mulheres mesmas, elas que decidem o que significa empoderamento e como alcançá-lo. Focaliza-se mais na organização coletiva que no desenvolvimento individual. A

comunidade tem um papel fundamental no empoderamento da mulher. Por fim, argumenta-se que a subordinação das mulheres do Terceiro Mundo é mais a consequência da época colonial do que do predomínio patriarcal (2006:15-22).

Conforme Malhotra *et al.*, o conceito do empoderamento da mulher pode ser definido por duas características. A primeira é *process*, o processo. O objetivo deste processo é maior igualdade ou maior liberdade em termos de decisões e ações. A segunda é *agency*. As mulheres têm que ser as protagonistas neste processo. Isto não significa que as mulheres são apenas as beneficiárias, senão que têm que ter um papel ativo dentro deste processo. *Agency* é a capacidade de definir o seu objetivo e influenciá-lo (2002:72) (Kabeer, 1999:437) (Kabeer, 2005:13-14).

Finalmente, empoderamento acontece ao longo do tempo e não é instantâneo. É um processo dinâmico e contínuo, um estado em movimento. Quando as mulheres são empoderadas elas vão do silêncio à articulação, da invisibilidade ao reconhecimento e da isolamento à organização. Além disso, pode-se passar de poder absoluto ao poder nenhum. (Lazo, 1995:35) e (Dighe, 1995:41).

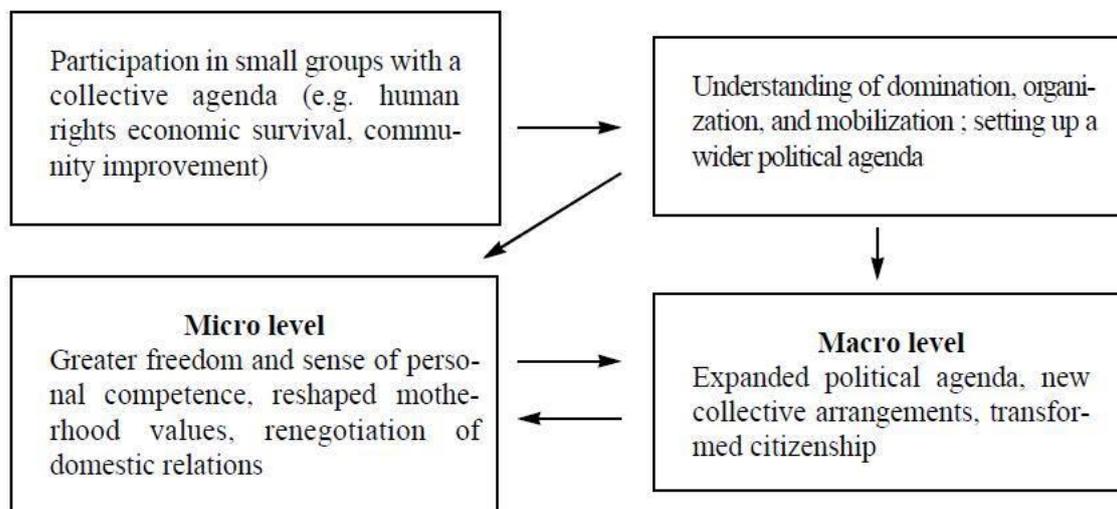


Fig. 1. *Theorized Chain of Events in the Empowering Process*

Empoderamento passa por uma série de fases (Stromquist, 1995:17)

Quando se refere a empoderamento na literatura, se refere, em geral, às mulheres. Mulheres em vários países do mundo encontram-se em um estado de submissão e falta de poder. No Terceiro Mundo, algumas mulheres não têm a possibilidade de escolher suas metas de vida, e

isto, portanto, indica um estado de falta de poder. Na literatura refere-se, em geral, às mulheres nos países em desenvolvimento da Ásia e América Latina.

Lazo, por exemplo, descreve a situação de exploração das mulheres que trabalham com o sistema *Putting Out* na Ásia Sudeste. Neste sistema, os comerciantes e intermediários recolhem encomendas para a produção de um produto e serviço e designam o trabalho a mulheres de aldeias e favelas urbanas nos países em desenvolvimento da Ásia Sudeste, como Tailândia, Indonésia, e Filipinas. As mulheres produzem os produtos e serviços em casa ou locais próximos. Suas casas são extensões das fábricas. Elas não têm um contrato escrito e seus arranjos de trabalho são informais. Ganham extremamente pouco, são penalizadas quando não conseguem entregar o produto e são responsáveis pelas despesas altas da produção como eletricidade e área de trabalho. Elas não têm o direito de ter licença de maternidade e médica, e seguro médico e social. Muitas dessas mulheres são analfabetas, pobres, não possuem um empreendimento, não têm conhecimento do mercado e empreendedorismo e têm uma baixa auto-estima e auto-confiança (1995:23-37).

Essa falta de poder e posição subalterna de mulheres não ocorre apenas na Ásia Sudeste, mas mundialmente, embora essa situação seja enfraquecida em classes sociais mais elevadas. Na literatura refere-se consideravelmente a países em desenvolvimento como Índia e Bangladesh, quando se fala da posição subalterna da mulher, seu analfabetismo e sua falta do poder dentro do domicílio ou no trabalho.

Na América Latina, as mulheres de todas as classes dependem das redes de intercâmbio recíproco. Essas redes fornecem informação e assistência de família, amigos e vizinhos para obter serviços básicos, como saúde, cuidado de crianças, alimentação, salários e empregos. Por um lado, é uma fonte valiosa de assistência para mulheres, mas por outro lado é uma maneira de controle social de manter as ideias de feminilidade e masculinidade, e de submissão a autoridade patriarcal (Stromquist, 1995:13-22) .

Stromquist enfatiza que o empoderamento é um processo que somente deveria focalizar-se nas mulheres adultas de baixa renda, porque primeiro elas já tiveram muitas experiências de subordinação e, portanto, conhecem esse problema muito bem e segundo, a transformação dessas mulheres é fundamental para quebrar com a reprodução da autoridade patriarcal. Em segundo lugar, Stromquist argumenta que o processo de empoderamento deve ter lugar fora do domicílio. O comportamento autoritário dos maridos dentro de casa impede uma possível transformação das relações desiguais do gênero nas famílias. Portanto, uma condição prévia do empoderamento é que as mulheres saiam de casa e participem em um projeto coletivo, no qual as mulheres desenvolvem uma sensação de independência e

competência entre elas. O elemento mais fundamental é que as mulheres se entendam e possam identificar-se uma com outra. A atividade central do projeto pode variar, pode ser um projeto de alfabetização, de geração de renda etc. Seja o objetivo que for, o projeto deve ser planejado de forma que o processo e a realização da meta mantêm uma sensação de auto-estima, competência e autonomia (Stromquist, 1995:16).

Parece que Stromquist somente focaliza-se nas mulheres adultas, quando analisa empoderamento, mas ela também opina que educação formal possa ter um papel de empoderamento para meninas. A eliminação dos estereótipos sexuais em livros didáticos, a criação de identidades positivas de gênero nos programas de estudos e a disponibilização de orientação não sexista. Esses elementos são antecedentes cruciais de empoderamento, porém não empoderam em si (1995:19).

Como já mencionado antes, a participação coletiva gera muitos benefícios nos projetos do empoderamento. Porém, a participação em grupo com um propósito sério exige participação contínua. Mulheres de baixa renda são mulheres ocupadas. Além de dedicar-se às necessidades da família, elas enfrentam comportamento autoritário dos maridos, violência doméstica, expectativas sociais respeito a maternidade etc. Essas circunstâncias, obviamente, dificultam a participação dessas mulheres.

O aumento de interesse em empoderamento vem em uma época, na qual políticas de ajustamento estrutural estão sendo implementadas na maioria dos países em desenvolvimento. Evidência amostra que essas políticas tiveram um impacto negativo nas mulheres com respeito a vários elementos na vida delas, como por exemplo educação.

Para acabar com alguns dos obstáculos, Stromquist opina que se precisa de três elementos: organizações de base e grupos feministas deveriam fazer a divulgação e o trabalho com as mulheres marginalizadas que precisam de apoio; mulheres que trabalham em instituições internacionais ou de desenvolvimento que poderiam fornecer os fundos necessitados para criar projetos e programas de empoderamento; e acadêmicas que contribuiriam com pesquisa teórica sobre o surgimento do gênero e a transformação dos estereótipos na sociedade (Stromquist, 1995:19-20).

1.2. Microcrédito como forma de erradicar pobreza e empoderar mulheres

Uma das maneiras de empoderar mulheres, pode ser o microcrédito. Na literatura refere-se frequentemente a microcrédito como mecanismo de empoderar mulheres. Microcrédito é um modelo de desenvolvimento de Bangladesh que surgiu nos anos 80. Tornou-se a panacéia contra todos os problemas das pessoas menos favorecidas no Terceiro Mundo, tais como

pobreza, subnutrição, analfabetismo e a falta de poder. Os programas de microcrédito multiplicaram-se e foram visto como a solução neoliberal para as causas de pobreza e subdesenvolvimento (Faraiza, Rahman e McAllister, 2011). O sucesso do microcrédito explica-se, entre outros, porque é focado nos pobres. Antes, as instituições comerciais que fornecem crédito não queriam arriscar-se emprestar crédito aos pobres, porque não tinham ninguém que podia garantir o reembolso. Portanto, as pessoas consideradas pobres eram obrigadas a tornar-se aos usurários para conseguirem crédito. Por consequência, os menos favorecidos encontravam-se presos naquela situação de pobreza, trabalho pesado e exploração pelo resto da vida, porque não conseguiam a tração financeira necessária para um começo significativo (Dossey, 2007:433).

Faraiza *et al.* definem microcrédito, segundo eles o termo usado pelas organizações semelhantes ao Banco Grameen, como o negócio de empréstimo de dinheiro sem nenhum tipo de garantia. Microcrédito é considerado, por alguns autores, como uma forma de expandir o investimento privado incluindo as pessoas menos favorecidas, a quem não chegava antes (Faraiza *et al.*, 2011:10-11).

O microcrédito define-se como um programa de empréstimo simplificado, com pouca burocracia e sem nenhum tipo de garantias reais. O tomador do crédito só precisa ter um negócio que tenha potencial de se manter e crescer e que tenha factibilidade financeira. O sistema do microcrédito é cumulativo. O tomador, a partir de solicitar o primeiro empréstimo e pagá-lo, pode solicitar empréstimos cada vez maiores. Esse sistema de crédito tem como fim atender microempresários que se encontram fora do mercado legal e, portanto, não conseguem acessar ao crédito *normal* por não ter as garantias ou documentação adequadas, exigidas pelo banco ou agência de crédito (Albuquerque Silveira Filho, 2005:28-29).

O modelo do microcrédito do Banco Grameen foi elogiado no mundo inteiro. Microcrédito tornou-se uma panacéia na política de reduzir pobreza. Porém, há poucos que acreditam que o microcrédito é capaz de erradicar completamente a pobreza mundial. Ole Danbolt Mjoes, presidente da comissão que premiou o *Nobel Peace Prize* ao Muhammad Yunus, falou: “We are saying microcredit is an important contribution that cannot fix everything, but it is a big help” (Ole Danbolt Mjoes, citado por Dossey).

Pierre Omidyar, o fundador do eBay e um grande financiador das instituições do microcrédito, não acredita que o microcrédito possa erradicar a pobreza. Segundo ele é um mito que o microcrédito possa resolver a pobreza (Dossey, 2007:436).

“Global agencies must recognize that although microfinance programs can provide an economic foothold for some poor people, in an increasingly globalized economy it is naïve to

assume that such programs on their own could ever significantly close the vast gulf between rich and poor that continues to strain millions of poor families” (Epstein e Kim, citado por Dossey).

Carvalho da Silva, por outro lado, acredita que a recorrência a instituições financeiras de microcrédito é uma das medidas mais viáveis de diminuir ou superar a pobreza e a exclusão. Isso, porque o acesso ao crédito é simplificado e beneficia a população de baixa renda, especialmente as pessoas que trabalham no mercado informal (2008).

Lucarelli, contudo, não concorda com Carvalho da Silva e diz que microcrédito não é a solução para pobreza, mas que somente forma um elemento das opções e requisitos, que deveriam ser adaptadas às condições e as necessidades locais (2005:78).

Não se pode recusar ou ignorar as experiências positivas que milhares de mulheres tomadoras tiveram por causa do microcrédito. As vantagens, tanto no âmbito econômico como no âmbito social, do microcrédito para as pessoas desfavorecidas são inegáveis. No âmbito econômico, devido aos juros baixos e a pouca burocracia, o microcrédito possibilita o fortalecimento do negócio e o aumento da renda das famílias. Em nível macro favorece o crescimento econômico sustentável e equitativo e em nível micro gera oportunidades de desenvolvimento para os tomadores. No âmbito social o microcrédito causa elevação da auto-estima, percepção de autonomia, independência e realização para as mulheres (Carvalho da Silva, 2008).

Embora os programas do microcrédito tenham sido recebido muito bem no mundo inteiro, há muita crítica também. Gina Neff, uma socióloga, economista e professora na Universidade de Washington é uma dos críticos. Segundo ela, o microcrédito só gera *microrresultados* e demole as iniciativas de desenvolvimento e descentraliza programas de combate à pobreza. Há um aspecto explorador nos programas do microcrédito. Além disso, opina que os governos aproveitam do sucesso microcrédito para reduzir os gastos ou investimentos para melhorias nas áreas como saúde, educação, infraestrutura etc. (Dossey, 2007:441).

Taskinus Ranham, pesquisador que fez uma observação participante ao longo prazo em Bangladesh, demonstra na sua pesquisa que as histórias do sucesso dos programas do microcrédito são exageradas. O pesquisador afirma que uma parte das mulheres (e sua família) consegue mais independência econômica por causa do microcrédito, mas o sistema da responsabilidade coletiva do reembolso de empréstimos pelo grupo das mulheres tomadoras parece ser tanto repressivo quanto ao sistema tradicional dos usurários (Faraiza, Rahman e McAllister, 2011).

McMichael (1996), por exemplo, considera a focalização nos pobres através do microcrédito uma estratégia neoliberal para capturar o mercado global. Ele argumenta que houve uma mudança com respeito à reorganização do trabalho, capital, produção e consumo ao nível global. Essa mudança também teve impacto nas iniciativas de desenvolvimento para o Terceiro Mundo de tal maneira que os governos já não se sentiam responsáveis pelo bem-estar público das pessoas menos favorecidas. Segundo McMichael, a expansão econômica global do capitalismo fez desaparecer o papel do Estado daquela forma que atualmente as pessoas menos favorecidas são obrigadas a construir suas próprias organizações para resistir à globalização (Faraiza *et al.*, 2011:11).

Karim (2008) opina que a falta da responsabilidade do Estado para o bem-estar público (por causa da adaptação das ‘políticas de ajustamento estrutural’⁶) permitiu o desenvolvimento de um discurso público, no qual tanto ‘os pobres precisam do capitalismo’ quanto o capitalismo deles e no qual as Organizações Não Governamentais (ONGs) ocuparam o lugar do Estado dentro do discurso dessas necessidades (Faraiza *et al.*, 2011:11).

Outros críticos demonstram que pessoas vulneráveis, tais como pessoas com deficiência, têm grande dificuldade de entrarem nos programas de microcrédito ou são excluídas dos programas. Além disso, há uns que opinam que o microcrédito gera mais dívidas às pessoas já endividadas (Dossey, 2007:441).

Apesar das críticas do microcrédito como forma de erradicar pobreza, pode considerar-se o microcrédito um mecanismo de empoderar pessoas, especialmente mulheres. A partir dos anos ’80 ressurgiram novas iniciativas para melhorar as condições das pessoas desfavorecidas, focando, em especial, nas mulheres. Instituições financeiras privadas interessaram-se na ideia de enfatizar o gênero dentro do discurso do desenvolvimento e microcrédito. Segundo estas instituições, as mulheres do Terceiro Mundo são mulheres que se tornam empreendedoras para poderem sustentar a família, mas que raramente possuem o capital e conhecimento de ampliar seu empreendimento. Constatou-se que a taxa de reembolso das mulheres tomadoras foi, de forma significativa, mais elevada que a dos homens (Faraiza *et al.*, 2011:9).

Programas bem sucedidos como Banco Grameen focalizaram-se em atender mulheres. Um dos objetivos dentro do programa do Banco Grameen era beneficiar mulheres, cinquenta por cento dos tomadores tinham que ser mulher. Focalizaram-se em mulheres, porque o

⁶ Tradução do termo ‘Structural Adjustment Policies’ (SAP); política do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, na qual essas duas instituições obrigaram os Estados dos países em desenvolvimento a desviar os recursos destinados à saúde e bem-estar público.

sistema tradicional dos bancos em Bangladesh somente emprestava dinheiro a homens. Logo o Banco Grameen descobriu as vantagens sócio-econômicas para a focalização em mulheres. O crédito fornecido a mulheres gera mais rápidas mudanças do que crédito fornecido a homens. A família é mais beneficiada quando o crédito é fornecido a mulheres (Yunus, 1999:71-72).

Skoufias, Leite e Narita também focalizam-se em mulheres dentro dos programas do microcrédito. Primeiro, as mulheres são, principalmente, envolvidas em microempresas no setor informal. Segundo, as mulheres têm menos acesso ao crédito. Terceiro, elas tendem ser mais conservadoras que homens nas suas estratégias de investimentos, portanto são mais confiáveis enquanto ao reembolso de dinheiro. Finalmente, as mulheres formam a grande maioria entre os menos favorecidos (2013:8).

A grande maioria dos empréstimos é dirigida às mulheres no mundo inteiro. “Foreign policy experts increasingly favor microfinance programs for women because they recognize that gender inequality is not only an injustice in its own right, it also hinders economic and social development”. O trabalho feminino gera a maior parte da riqueza nos países em desenvolvimento, mas a maioria não é paga. Os programas do microcrédito introduzem as mulheres na economia de dinheiro, as incentivam a desenvolver habilidades de empreendimento, e tendem a estimular crescimento econômico. Programas do microcrédito beneficiaram muitas vidas de mulheres. Estudos mostram que tomadoras do microcrédito tendem a ter menos filhos, e que os filhos que elas ganham são mais saudáveis. Fornecedores de microcrédito preferem beneficiar mulheres que homens, porque é mais provável que elas reembolsem o empréstimo e que gastem o salário na família (Epstein H. e Kim J. citado por Dossey, 2007:436).

Quando se define empoderamento na literatura, demonstra-se que apesar do microcrédito ocupar o lugar central dentro do discurso dos projetos do desenvolvimento, um número crescente das mulheres vive na pobreza absoluta no Terceiro Mundo. Existe uma ‘feminização da pobreza’ devido a vários fatores: (1) as mulheres não têm sido capazes de estabelecer controle sobre o crédito, (2) não têm sido capazes de renegociar o papel delas dentro da família e (3) microcrédito como programa nunca tem sido ‘gênero neutro’. Além disso, a participação das mulheres em microempresas não gera novas formas de solidariedade entre as mulheres, o que os simpatizantes do empoderamento desejam. Ao contrário, mulheres passam por uma pressão enorme de manter as formas existentes das relações sociais (Fariazi *et al*, 2011:15-24).

Segundo Lucarelli, o objetivo original do microcrédito não era empoderar mulheres, porém o simples fato de mulheres serem mais confiáveis que homens em reembolsar o

dinheiro estimulou e consolidou a tendência de emprestar a mulheres. Somente esse fato explica a preferência dos fornecedores de crédito para as mulheres. Embora os projetos tenham sido considerado bem sucedidos, os problemas de desigualdade de gênero, redução de pobreza e empoderamento da mulheres persistiram, se não pioraram. Opina que o microcrédito pode ser usado como instrumento para empoderamento social, especialmente para as mulheres. Microcrédito pode ser um mecanismo para estimular o setor informal, mas se precisa de uma estratégia mais abrangente para conseguir a redução de pobreza enraizada. O papel do microcrédito é apenas facilitar investimento (Lucarelli, 2005:80-83).

Alguns autores concordam com Lucarelli e opinam que a capacidade ou poder das mulheres enquanto às decisões na família permanece praticamente inalterada entre as tomadoras do microcrédito. Isto porque geralmente os maridos ou parentes masculinos as obrigam a solicitarem microcrédito, que imediatamente é usado por eles para outros fins (Goetz e Sem Gupta 1996, citado por Faraizi *et al*, 2011:15 e Lundén, 2006:18).

Para Mosedale parece evidente que mulheres beneficiaram-se do aumento do acesso ao capital, porém prova mostra que focalização feminina sem redes de apoio adequado e estratégias de empoderamento somente desloca a carga das dividas e meios de sobrevivência da família para a mulher (2005:248).

Embora muitos autores opinem que microcrédito não empodera mulheres, Skoufias, Leite e Nirita consideram microcrédito uma forma efetiva de incentivar mulheres estabelecer e desenvolver uma microempresa, aumentar sua participação no mercado de trabalho e empodera-las economicamente (2013:12).

2. Microcrédito no Brasil: uma perspectiva histórica

Neste capítulo buscar-se-á contextualizar o surgimento do microcrédito no Brasil. Primeiro, analisar-se-á, brevemente, a história do microcrédito, em especial o caso do Banco Grameen de Bangladesh. Segundo, observar-se-á o surgimento do microcrédito no Brasil, destacando diferentes fases: de 1973 até 1988, de 1989 até 1997, de 1998 até 2002 e de 2003 até 2011. Analisar-se-á, em específico, as políticas públicas de microcrédito dos governos de Fernando Henrique Cardoso, mais conhecido como Cardoso ou FHC (1995-2002) e Luiz Inácio da Silva, mais conhecido como Lula (2003-2010). Além disso, buscar-se-á conhecer as instituições importantes de microcrédito no Brasil, existentes ou já abolidas.

2.1. A história do microcrédito

A primeira demonstração de microcrédito da qual se tem notícia ocorreu no sul da Alemanha em 1846. Outras manifestações de microcrédito ocorreram na cidade de Quebec em 1900, as *Caisses Populaires* que atualmente têm mais de cinco milhões de pessoas associadas, e em Chicago em 1953 (Albuquerque Silveira Filho, 2005:21-22).

Porém, o caso de microcrédito que teve mais repercussão a nível mundial é o modelo de Muhamad Yunus em 1976 em Bangladesh. Yunus, professor universitário de Economia, começou a emprestar pequenas quantias aos micro-empresários das pequenas cidades próximas à universidade. Este modelo serviu para o desenvolvimento e a difusão do microcrédito no mundo e deu origem, em 1978, ao Banco Grameen (*Grameen Bank*). O grupo meta do banco não era necessariamente as mulheres, mas, atualmente, as mulheres representam 96% dos clientes do Banco. O Banco Grameen é visto como um mecanismo que empodera as mulheres, porém o objetivo principal sempre foi melhorar as condições da vida das pessoas pobres em geral. Desde a experiência do Grameen Bank, o microcrédito começou a espalhar-se no mundo inteiro como uma política importante de combate à pobreza (Albuquerque Silveira Filho, 2005:22-23; Lundén, 2006:24-26; Geraldo, 2004:20-27).

Na América Latina, o Banco Solidariedade S.A. da Bolívia, criado em 1986, tornou-se um dos casos mais significativos de microcrédito na região. A maioria de seus clientes são mulheres (70%). Em 1992, transformou-se em um banco oferecendo crédito a microempresas, focando seu programa em grupos solidários nas áreas urbanas da Bolívia (Geraldo, 2004:24).

2.2. Surgimento do microcrédito no Brasil

No seu artigo, Nogueira da Costa destaca 4 fases de microcrédito no Brasil, de 1972 até 1988, de 1989 até 1997, de 1998 até 2002 e de 2003 até o final do segundo mandato do governo de Lula.

A primeira fase foi de 1972 até 1988. Nessa época as instituições principais que trabalharam com o microcrédito eram as Organizações não governamentais (ONGs) com parceria de instituições internacionais. O objetivo das ONGs era financiar as atividades produtivas das populações mais pobres no Brasil. As ONGs tiveram um papel importante no contexto de microcrédito no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 (da Costa, 2008:15).

Nos anos 70, em 1973, a ONG Acción Internacional Técnica (AITEC), entidades empresariais e bancos locais criaram a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, conhecida como Programa UNO. A UNO era a primeira experiência brasileira que se especializava em concessão do microcrédito e capacitação para trabalhadores de baixa renda no setor urbano informal dos municípios de Recife e Salvador. No início, os recursos vieram de doações internacionais. A UNO financiou uma grande quantidade de pequenos empreendimentos, formou muitos agentes especialistas em microcrédito e serviu como exemplo para outros programas de microcrédito na América Latina, que surgiram posteriormente. Depois de dezoito anos de êxito, a UNO desapareceu em 1991 devido à falta de auto-sustentabilidade financeira (Albuquerque Silveira Filho, 2005:42-43; da Costa, 2008:15; Geraldo, 2004:24; Moraes Zouain e Barone, 2007:374 e Nogueira da Costa, 2010:24).

Nos anos 80, o microcrédito no Brasil desenvolve-se a partir de atores privados e governamentais com o apoio de entidades internacionais como por exemplo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Na década de 1980, logo depois da UNO surgiram outras instituições de microcrédito no Brasil como o Banco da Mulher, a ONG Portosol – Instituição Comunitária de Crédito em Porto Alegre, o Vivacred que concede crédito aos microempreendimentos de pessoas de baixa renda de comunidades do Rio de Janeiro e a primeira organização formal de microcrédito: a rede do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (CEAPE) que concede créditos individuais com garantia de avalista e Grupos Solidários (Albuquerque Silveira Filho, 2005:43-45).

Em 1984, fundou-se a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP): a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Mulher - Banco da Mulher. O objetivo dessa instituição é promover o desenvolvimento humano, social e econômico da mulher brasileira através da concessão de crédito e a capacitação. O Banco da Mulher constituiu

parcerias com várias instituições como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), HSBC, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) etc. Começando no Rio de Janeiro, o Banco da Mulher ampliou sua área de atuação em diversas regiões no Brasil. Em 2002, o Banco da Mulher contou com oito afiliados: Manaus, Bahia, Belo Horizonte, Uberlândia, Rio de Janeiro, Caxias do Sul, Pelotas e Lages (Boletim Informativo Banco da Mulher, 2002; Moraes Zouain, D. & Barone, F.M., 2007:374).

A rede do CEAPE surgiu em 1987 com a constituição do CEAPE-Rio Grande do Sul (CEAPE-RS), Centro Ana Terra. Essa OSCIP nasceu de um projeto experimental fomentado, em 1986, pelo UNICEF e Acción Internacional, realizado em áreas periféricas de Porto Alegre. Desde a sua fundação, o CEAPE-RS focaliza-se no apoio a pequenos empreendimentos de pessoas de baixa renda através de crédito e capacitação. CEAPE-RS introduziu o elemento de grupos solidários como forma de garantia aos empréstimos, algo que se tornou predominante nos programas atuais de microcrédito. Logo, o CEAPE-RS expandiu-se e criou mais CEAPes em outros estados no Brasil, especialmente no Nordeste (Albuquerque Silveira Filho, 2005:43-52 e da Costa, 2008:15).

Durante a época dos anos 80 e começo dos anos 90, o Brasil sofria hiperinflação. Entre 1986 e 1991, durante os governos dos presidentes José Sarney de Araújo Costa (1985-1990) e Fernando Affonso Collor de Melo (1990-1992), cinco programas para eliminar a inflação fracassaram: Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989), Plano Collor I (1990) e Plano Collor II (1991). Estes planos tiveram como característica comum primeiro o congelamento de preços, conseqüentemente a queda imediata da inflação, depois a aceleração da taxa de crescimento dos preços e por fim a hiperinflação. Em dezembro de 1993, o então vice-presidente, Itamar Franco lançou o Plano Real, implementado em três etapas: ajuste fiscal de emergência, a eliminação da inflação incessante e a reforma monetária sem a necessidade de um congelamento de preços e salários para conter a inflação. O resultado deste plano foi a diminuição das taxas de inflação, o aumento da taxa de investimento e um crescimento econômico moderado. O Plano Real conseguiu estabilizar a economia no Brasil, eliminando a inflação incessante de preços e salários. Esta eliminação foi um alívio para a elite brasileira e as empresas, mas não gerou benefícios para a população de renda baixa, isto entre outros, por causa do aumento do desemprego e da informalidade dos microemprendimentos (Moraes Zouain e Barone, 2007:369-372).

Somente a partir dos anos 90, o Governo Federal começou a incluir o microcrédito nas suas políticas através do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) e do BNDES,

criado pelo governo federal em 1952. É nesta época que o microcrédito começa a expandir-se como um modelo alternativo focado em solidariedade e maior democratização do mercado econômico. O PROGER é um programa do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)⁷ e foi formulado nos anos de 1993 e 1994 para o combate à fome. Nesta época, o Brasil sofria dificuldades econômicas, como por exemplo o desemprego e a informalidade, com um percentual de 57,2% de empregados informais em 1993⁸. O PROGER foi lançado em 1994 para gerar emprego e renda para a população de baixa renda através da concessão de crédito e capacitação. O público-alvo do programa é as micro e pequenas empresas que têm grande potencialidade de geração de emprego e renda, as cooperativas e associações de produção e as pessoas físicas de baixa renda. O papel do agente financeiro é realizado pelos bancos federais, como Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Caixa Econômica Federal (CAIXA) e o BNDES⁹. O PROGER ainda está em vigor. Foram realizadas várias avaliações sobre o impacto sócio-econômico do PROGER. A primeira foi realizada em 1998 e 1999 pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e apresentou resultados positivos. Segundo IBASE, o PROGER luta contra o desemprego ou a informalidade e fortalece a inclusão econômica das pessoas que têm alguma potencialidade. Em 2001, a avaliação saiu menos positiva, criticava-se que a geração de empregos era limitada¹⁰. Porém, em 2012, a partir das entrevistas com os beneficiários pôde se concluir que o PROGER favoreceu a criação de novos postos de trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego, 2012:21).

A segunda fase foi de 1989 até 1997. A eliminação da inflação incessante e a reforma monetária criaram um ambiente favorável para as poucas instituições que operavam na área de microcrédito. Nessa época entraram, além das ONGs, as OSCIPs, os governos municipais como atores no setor do microcrédito. A maioria das ONGs e OSCIPs operava exclusivamente com microcrédito e foi criada por governos locais sob a designação de ‘Bancos do Povo’. Surgiram os ‘Bancos do Povos’, através da constituição dos programas e organizações para operarem diretamente com micro-empresendedores. Expandiu-se o cooperativismo de crédito urbano e houve a constituição de sistemas alternativos de instituições rurais de crédito (Nogueira da Costa, 2010:25).

⁷ O FAT é um fundo vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. ‘Dentre as funções mais importantes do órgão, estão as de elaborar diretrizes para programas e para alocação de recursos, de acompanhar e avaliar seu impacto social e de propor o aperfeiçoamento da legislação referente às políticas’ (<http://www2.mte.gov.br/fat/historico.asp>).

⁸ Grau de informalidade obtido no site: <http://ipeadata.gov.br/>

⁹ Informação obtida no site: <http://www2.mte.gov.br/fat/historico.asp>

¹⁰ Informação obtida no site: <http://proger.mte.gov.br/portalproger/pages/sobreproger.xhtml>

De 1995 a 2002, o governo do presidente Cardoso introduziu uma série de políticas públicas voltadas à minimização da desigualdade social no Brasil. O acesso ao crédito formava uma parte muito importante na agenda do governo federal. Entendiam-se que o microcrédito era a melhor forma de manter postos de trabalho e gerar renda para as famílias. Consequentemente, os benefícios se estenderiam por toda a comunidade (Moraes Zouain e Barone, 2007:370).

Durante os seus dois mandatos, o governo do Cardoso construiu uma agenda de desenvolvimento social com parcerias com a sociedade civil e o setor privado. Realizaram-se 15 rodadas sobre temas importantes dentro do contexto de desenvolvimento social para o Brasil. Três contribuíram para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas ao acesso ao crédito como forma de combate à pobreza e a inclusão social. Em agosto de 1997, durante a rodada sobre alternativas de ocupação e renda, o microcrédito foi apontado como importante estratégia das políticas de trabalho e renda. Criou-se um grupo com representantes do Banco Central do Brasil (BCB), BNDES, Ministério da Fazenda para a regulamentação do microcrédito. Em 1998, depois da Rodada de Interlocução Política sobre o Marco Legal do Terceiro Setor, construiu-se um novo marco legal para as OSCIPs e facilitou-se a colaboração entre as OSCIPs e o Estado (Moraes Zouain e Barone, 2007:373-375).

Desde 1996, quando o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP) foi criado, o BNDES trabalha com microcrédito. O PCPP foi criado com o objetivo de formar uma indústria de microcrédito no Brasil, oferecendo fundos para os agentes repassadores de microcrédito. Este programa vigorou de 1996 até 2003, operou com 32 instituições. Em junho de 2003, o PCPP foi substituído pelo Programa de Microcrédito (PM) e dois anos depois, em 2005, pelo Programa de Microcrédito do BNDES (PMC). No mesmo ano, o PMC foi modificado para nivelar-se ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO) do Governo Federal, sob a gestão do Ministério do Trabalho e Emprego. Modificaram estes programas para aperfeiçoar as condições operacionais, garantir a auto-sustentabilidade dos programas e consolidar o segmento de microcrédito no Brasil. Com esses programas o BNDES concedeu financiamento e favoreceu o desenvolvimento institucional. Até dezembro de 2009, no âmbito do PMC, foram contratadas 40 operações, juntando aproximadamente R\$ 125 milhões e tendo sido gastados mais de R\$95 milhões. Em 2010, o PMC foi substituído pelo programa atual Programa BNDES de Microcrédito (Moraes Zouain e Barone, 2007:375; Nogueira Lima, 2009: 62 e www.bndes.gov.br).

Na terceira fase, de 1998 até 2002, conseguiu criar-se o marco legal para a concessão do microcrédito via o modelo OSCIP, regulado pela lei 9.790 de 1999 e as Sociedades de

Crédito ao Microempreendedor (SCM) reguladas pelo Conselho Monetário Nacional pela resolução 2627 do Banco Central. Realizaram-se alterações na regulamentação das instituições financeiras de microcrédito (por exemplo CAIXA). Além disso, fundaram-se novos programas do microcrédito (Moraes Zouain e Barone, 2007:376).

Nessa época, em 1998, foi criado o Programa Crediamigo pelo BNB, a instituição mais antiga de microcrédito dos bancos públicos federais. O CrediAmigo oferece crédito aos pequenos empreendedores de baixa renda no Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo. Segundo Nogueira da Costa essa experiência é extraordinária, porque naquela época se tratava do primeiro e único caso brasileiro de integração entre banco público federal e o microcrédito. A extensão do Crediamigo já foi grande desde o início do programa. De 1998 até o final de agosto de 2001 foram realizadas 502 mil operações e empréstimos de um valor total de 364 milhões de reais. Contrário à extensão das ONGs. No final da década 90, aproximadamente 110 ONGs de microcrédito existiam no Brasil. Apenas 6 delas atendiam mais de 2000 clientes. As ONGs não alcançaram auto-suficiência, conseguiram, segundo Nogueira da Costa, no máximo algum desenvolvimento local em bairros populares. O sucesso do BNB provocou a atuação dos outros bancos públicos federais neste setor. Especialmente o Banco do Brasil e a CAIXA, porque tinham escala de recursos e a capacidade de atender a grande parte da população mais pobre, nacionalmente (2010:11-12 e Moraes Zouain e Barone, 2007:376).

Nesta fase, o governo federal Cardoso lançou o Programa Brasil Empreendedor (PBE), cujo objetivo era elevar as pequenas empresas com uma existência mais de 3 meses no Brasil e estimular a abertura de novos negócios a fim de gerar emprego e renda. Porém, este programa foi abolido em 2000, porque sofreu altos índices de inadimplência. Durante o governo de Cardoso, as instituições de microcrédito eram só focadas no crédito, elas não forneciam outros serviços financeiros (por exemplo a abertura de uma conta bancária) aos clientes. Além disso, as instituições e os bancos comerciais, nesta fase, mantinham pouca ou nenhuma relação um com outro (Nogueira da Costa, 2010:25 e da Costa, 2008:16-17).

Embora o governo de Cardoso tenha conseguido a estabilização econômica, faltava muito ainda em termos de microcrédito e bancarização no Brasil. Nos anos 90, a visão neoliberal da economia solidária predominava no Brasil, na qual se acreditava nas forças do mercado livre com pouca intervenção do Estado. Pensava-se que quase espontaneamente os miseráveis tornar-se-iam em micro-empreendedores (Moraes Zouain e Barone, 2007:379 e Pereira, 2013:2).

Em 2003, iniciou-se a quarta fase com o governo Lula. O governo Lula começou com uma nova orientação das políticas públicas dos programas de microcrédito. Em seu discurso, o presidente diz:

‘o microcrédito está definitivamente inserido nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social. Cada agente, cada gerente de agência deve ser um educador, facilitar a vida de quem o procura para conseguir recursos principalmente para empreender. O povo que vai atrás do microcrédito é bom pagador. O único patrimônio que o pobre tem é um nome a zelar’ (Lula apud Pereira, 2013:2).

Esta quarta fase é caracterizada pela inclusão bancária, vinculação do crédito a outros serviços bancários para a população de baixa renda, apoio ao cooperativismo de crédito, regulamentação do crédito e pela ampliação do programa Crediamigo do BNB. O objetivo é facilitar e ampliar o acesso ao crédito entre os micro-empresendedores formais e informais em termos de geração de renda e trabalho. Além disso, busca-se facilitar e ampliar o acesso aos serviços financeiros pela população de baixa renda para garantir maior cidadania desta população e, por fim, reduzir as taxas de juros nos financiamentos. (Pereira, 2013:3).

Nesta época, o governo Lula redefiniu o conceito de acesso ao crédito para incluir os menos favorecidos da população de baixa renda, quer dizer as pessoas mais pobres no Brasil. Esta modificação levou tanto à concessão do crédito para a consumpção quanto à produção pelo sistema financeiro brasileiro. O objetivo de microcrédito, segundo o governo Lula, era ampliar crédito de pequenas quantidades, produtivo orientado ou não, para gerar renda de negócios. Isto contrastava com os oito anos da política de microcrédito do governo Cardoso, quando o microcrédito era visto como apenas produtivo orientado (Barone e Sader, 2009:20).

Para alcançar esses objetivos, o governo Lula introduziu a Medida Provisória (MP) 122, de 25 de junho de 2003. Com esta MP o governo conferiu ao Conselho Monetário Nacional (CMN) competência para regulamentar as ações (aplicações) dos bancos convencionais, dos múltiplos com carteira comercial, da CAIXA, as instituições de crédito e de micro-empresendedores. Entre outros, limitaram as taxas de juros (máximo de 3,9% ao mês), introduziram a intervenção dos agentes de microcrédito, a avaliação do perfil sócio-econômico do empreendimento, a análise do crédito solicitado, sua concessão e o seu acompanhamento depois (Nogueira da Costa, 2012: 19-25).

Além disso, com a Lei 10.735 de 2003, o governo obrigou instituições financeiras a destinar 2% dos depósitos à vista para operações de microcrédito para a população de baixa renda. A maioria delas, por falta de conhecimento desse mercado, repassaram os recursos para

outros bancos ou ONGs, para que eles fornecessem o microcrédito aos micro-empresendedores. Dentre os bancos que sim buscaram desempenhar esse papel do microcrédito produtivo, o mais bem sucedido continuou sendo o BNB. Com o valor de R\$173 milhões, o BNB financiou quase 250 mil clientes (Nogueira da Costa, 2010:23; Bittencourt; Magalhães e Abramovay, 2005:230).

Em agosto de 2003, o governo federal anunciou o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Porém, somente em 25 de abril de 2005 e regulamentado em agosto de 2005 o Ministério do Trabalho e Emprego lançou o PNMPO, instituído pela Lei 11.110, com o apoio do BNDES. PNMPO tinha três objetivos: primeiro gerar renda de negócios e o emprego nos microempreendimentos, segundo fornecer recursos para o uso de microcrédito produtivo orientado e terceiro fornecer apoio técnico às instituições que oferecem microcrédito. PNMPO é implementado pelo Ministério de Trabalho e Emprego e somente trabalha com instituições que têm a autorização de atuar no segmento de microcrédito, como as OSCIPs e as SCMs, e com instituições que trabalham com outras transações financeiras, como por exemplo as instituições financeiras. Estas instituições têm o papel de moderador ou mediador das instituições produtivo orientadas, bancos e outras instituições que trabalham com fundos públicos. Além disso, elas apoiam, estimulam e divulgam a indústria do setor de microcrédito. Em maio de 2007, o PNMPO aprovou 231 instituições, entre outros OSCIPs e SCMs. Este programa objetiva fazer a aproximação entre instituições financeiras comerciais e instituições de microcrédito, pela vinculação de outros serviços financeiros à concessão de microcrédito. Buscava-se democratizar o acesso ao crédito e a bancarização da população brasileira e garantir os direitos de cidadania das pessoas que anteriormente eram tratadas como ‘cidadãos de segunda categoria’ pelo mercado financeiro. Os recursos destinados ao PNMPO vieram do FAT e da parcela da Lei 10.735/03. Os tomadores podem usar os empréstimos para financiamento de bens, serviços e capital de giro, essenciais para o empreendimento (Nogueira da Costa, 2010:25-27; Bittencourt, G. *et al*, 2005:240-243; Barone e Sader, 2009:22-23 e Geraldo, 2004:15-16).

No começo do primeiro mandato do governo Lula, a maioria da população de baixa renda não tinha acesso ao setor bancário formal. Aproximadamente 70% da população brasileira não tinha uma conta bancária. O governo federal inseriu o microcrédito nas políticas do Estado para promover a inclusão bancária do povo brasileiro entre outros através de aberturas de contas com pouca burocracia. Entre 2001 e 2007, os bancos perceberam um aumento de 57,7% do número de contas bancárias. O número de contas bancárias subiu de 43,3 milhões até 62,8 milhões. No mesmo período, o número de contas de poupança

aumentou com um percentual de 39, de 51,2 milhões até 71,2 milhões (Geraldo, 2004:15-16 e Barone e Sader, 2009:20).

A pesar do mercado potencial, as taxas de juros atrativos e a estimulação do governo federal, a oferta de microcrédito no Brasil, em 2007, ainda era pequena comparada à demanda potencial. Segundo o BCB existiam aproximadamente 16 milhões de pequenos empreendimentos ativos no Brasil, das quais 13 milhões eram formadas por trabalhadores por conta própria e pelo menos 7 milhões eram clientes potenciais do microcrédito. Estes clientes potenciais poderiam solicitar aproximadamente R\$12 bilhões em pequenos empréstimos, mas o total financiado até dezembro de 2006, era menos que R\$1,1, bilhão para 1,1 milhão de clientes. O empréstimo médio era de apenas R\$1.700 (Nogueira da Costa, 2010:21-22).

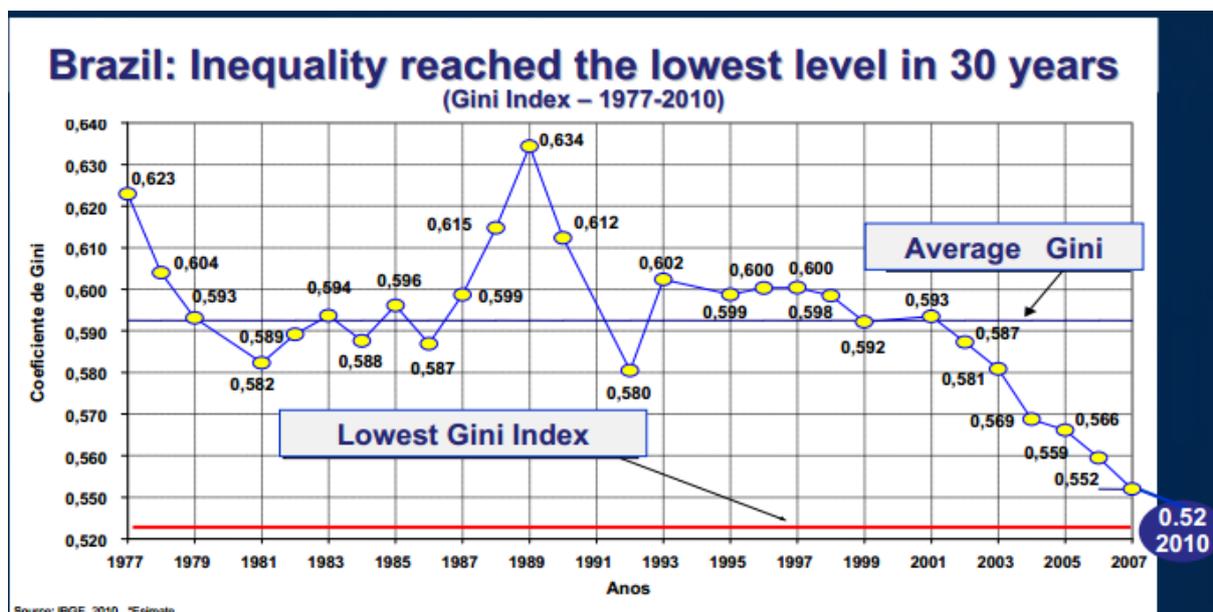
2.3. Desigualdade social e de renda no Brasil

De 1950 – 1980, durante os períodos do desenvolvimentismo, o milagre econômico e os processos da urbanização, o Brasil passou por um crescimento e transformação econômica incomparável aos outros países no mundo. Em apenas três décadas o valor do produto real multiplicou por dez e o de renda *per capita* por quatro. Porém, o Brasil foi o país que apresentou a maior inflação do mundo durante 1960 até 1995. Especialmente nos anos 80 e 90, a época quando a democratização consolidava-se no Brasil, o país sofreu uma experiência de crise e estagnação econômica, conhecida como a década perdida. Por mais de uma década, a economia brasileira sofreu elevadas taxas de inflação, baixo crescimento econômico e uma forte contração na taxa de investimento. De 1980 até 1994, a taxa média de inflação¹¹ foi de 725,47% e as taxas médias de crescimento econômico e de investimento¹² foram de 2,29% e 20,50%. Estas problemáticas econômicas tiveram um efeito negativo no mercado de trabalho e de renda do país. Apesar do sucesso do Plano Real em 1994, não foi possível recuperar o crescimento econômico e ocorreu uma piora de desemprego: em 1994 teve uma porcentagem de desemprego de 5,1% e em 1998, durante o governo Cardoso, de 7,6%. Em 2003, quando Lula foi eleito presidente, o Brasil teve um percentual de 10,5 de pessoas desempregadas. Em 2012, quando o segundo mandato do Lula já terminara e a presidente Dilma Rousseff foi eleita, o Brasil contou com uma melhoria de desemprego, o desemprego caiu até 6,7% (Geraldo, 2004:14; Moraes Zouain e Barone, 2007:370-374, Souto de Oliveira, 1993:7-9, Cortes Neri, 2007:53-54 e www.ipeadata.gov.br).

¹¹ Medida pelo índice geral de preços de mercado da Fundação Getulio Vargas

¹² Medidas em termos percentuais do produto interno bruto

Mais grave do que a hiperinflação e o desemprego, foi a desigualdade social. O Brasil tem sido conhecido como um dos países que tem a maior desigualdade de renda do mundo. Esta desigualdade intensificou durante a ditadura militar, especificamente nos anos 60. A política regressiva da ditadura militar fez com que a distribuição da renda se concentrasse de forma extrema: entre 1960 e 1980, a participação na renda dos 50% mais pobres da População Economicamente Ativa (PEA) reduziu-se de 17,4% para 12,6%, enquanto a do 1% mais rico aumentou-se de 11,9% para 16,9%. Durante o período dos anos 1970 e 2000, a desigualdade brasileira permaneceu estável. Em 1990 o Brasil era o primeiro no ranking dos países com pior distribuição de renda. Porém, com a chegada do presidente Lula, a desigualdade brasileira reduziu. Um estudo da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a desigualdade social na América Latina de 2012 mostra que o Brasil é o quarto país mais desigual da região, ficando atrás somente de Guatemala, Honduras e Colômbia. Além disso, o número de pobres¹³ no Brasil ficou reduzido pela metade, de 41% em 1990, para 22% em 2009. Mesmo assim o grau da desigualdade no Brasil continua sendo grande. Em 2012, o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos no Brasil foi 0,530, medido segundo o modelo de coeficiente de Gini. O valor pode variar entre 0, quando não há desigualdade, até 1, quando a desigualdade é máxima¹⁴. Esse valor é o valor mais baixo em 30 anos, mas mesmo assim continua sendo grande (veja figura 1)¹⁵ (Tabak, 2012, Souto de Oliveira, 1993:10, Cortes Neri, 2007:54 e MDS, 2012:7).



¹³ Pobre segundo a ONU é alguém quem vive com menos de \$2 por dia

¹⁴ Informação obtida no site: <http://www.ipeadata.gov.br/>

¹⁵ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) 2010.

Os anos de hiperinflação fizeram com que os bancos brasileiros se focassem mais nas operações que podiam gerar maior lucro do que no microcrédito durante os anos 80. Isto ocorreu por causa dos altos custos administrativos e de funcionários. Porém, com o Plano Real e a redução das taxas de inflação nos anos 90, os bancos atribuíram mais importância para o microcrédito. O agravamento dos problemas relacionados com a pobreza e o emprego no Brasil nos anos 90 fez com que se iniciassem várias experiências de microcrédito. Acreditava-se que a focalização de políticas sociais seria a melhor solução dos problemas sociais. Acesso à educação, terra e microcrédito para as pessoas menos favorecidas poderia melhorar a situação do Brasil. Porém, durante a década perdida o foco do governo nas políticas sociais diminuía um pouco devido à falta de recursos e se concentrava mais no financiamento da dívida pública (Nogueira da Costa, 2010:11; Geraldo, 2004:13-29).

Por isto, que o microcrédito no Brasil teve um desenvolvimento mais demorado que outros países. Devido à década perdida, à instabilidade macroeconômica anterior ao controle da hiperinflação, à tradição de linhas de crédito subsidiadas do Governo e à falta de demonstração evidente de efeitos do microcrédito, o surgimento e desenvolvimento do microcrédito praticamente inviabilizou. Porém, apesar das dificuldades, o microcrédito cresceu consideravelmente durante os mandatos do governo Lula (da Costa, 2008:13-14).

O surgimento do microcrédito no Brasil foi diferente do que em outros países, devido às problemáticas sociais e econômicas do país. As problemáticas econômicas durante os anos 80 e 90 fizeram com que o governo federal não pudesse focalizar-se tanto no microcrédito como estratégia para combater à pobreza, fome e o desemprego. Naquela época, especialmente, as OSCIPs e as ONGs desempenharam a função de fornecedores de microcrédito no Brasil. Só a partir dos anos 90 que o governo federal, especialmente durante o governo Cardoso, começou a introduzir o microcrédito nas políticas públicas para reduzir as altas taxas de desemprego e desigualdade social no país. Porém, foi só no governo Lula que o microcrédito ganhou um lugar definitivo nas políticas sociais do Brasil. Com o lançamento de várias leis e do PNMPO, Lula regulamentou o marco legal do microcrédito para ampliar o segmento do microcrédito. Com estas medidas, o governo federal conseguiu bancarizar a maioria da população desbancarizada, reduzir a taxa de desemprego e apoiar um grande número dos micro-empresendedores, fornecendo-lhes crédito e capacitando-lhes.

Embora o microcrédito tenha se desenvolvido muito durante os mandatos do Lula, a oferta de microcrédito no Brasil ainda era pequena, em 2007. Porém, a sua sucessora, Dilma Vana Rousseff, mais conhecida como Dilma, lançou o novo programa federal do microcrédito, o Programa Crescer de 2011, que busca ampliar esta oferta.

3. Política do microcrédito na Região Metropolitana do Recife em favor das mulheres empreendedoras

Durante a pesquisa de campo na Região Metropolitana do Recife¹⁶ (RMR) foram selecionadas várias instituições que trabalham, diretamente ou indiretamente, com microcrédito. Entrevistou-se funcionários de bancos, de OSCIPs, de agências de fomento e acadêmicos sobre a questão de microcrédito. Além disso, entrevistou-se dezessete mulheres através de um questionário com 35 perguntas. Entrou-se em contacto com estas mulheres com a ajuda dos agentes de Crediamigo, CEAPE-PE e a Agência de Fomento do Estado de Pernambuco (AGEFEPE). Em cinco visitas, sempre em companhia de um agente das instituições, foram feitas entrevistas com as mulheres. Sem a ajuda das instituições financeiras, não teria conseguido falar com as mulheres empreendedoras.

Na primeira parte deste último capítulo analisar-se-á a política das instituições que trabalham diretamente e indiretamente com o microcrédito. Buscar-se-á formar uma imagem do público-alvo, da missão e da perspectiva de cada instituição de microcrédito. Quando criada esta imagem, analisar-se-á se as mulheres entrevistadas encaixam-se nesta imagem e visão das instituições. Depois disso, investigar-se-á o processo de solicitar crédito, tanto da perspectiva das instituições, quanto das mulheres entrevistadas. Além disso, busca-se analisar se as instituições têm algum projeto concreto para as mulheres empreendedoras, as parcerias de cada instituição com por exemplo o governo federal e a capacitação. Investigando a capacitação, analisar-se-á também se a visão das mulheres entrevistadas concorda com a visão das instituições. No último setor da primeira parte investigar-se-á a concorrência entre as OSCIPs e o Programa Crescer de 2011 do Governo Dilma e os desafios com ponto de vista no futuro.

Na segunda parte, objetivar-se-á formar uma imagem da mulher empreendedora na RMR a partir das mulheres entrevistadas através de um questionário. Criar-se-á uma imagem a partir das informações gerais, como por exemplo a idade média das mulheres empreendedoras.

Depois disso, na terceira parte, analisar-se-á o microcrédito como mecanismo de empoderar mulheres. Através da informação dos questionários, das entrevistas semi-estruturadas e artigos acadêmicos buscar-se-á responder a pergunta central da pesquisa: microcrédito pode empoderar as mulheres?

¹⁶ Desde a sua criação em 1976, contem dezesseis municípios: Jaboatão de Guararapes, Olinda, Paulista, Sirinhaém, Igarassu, Abreu e Lima, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho, São Lourenço da Mata, Araçoiaba, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Escada, Moreno, Itapissuma e Recife.

Antes de analisar a política do microcrédito na RMR, deve estudar-se o novo programa federal do microcrédito. Em agosto de 2011, o PNMPO passou por diversas alterações. Com o nome Crescer – Programa Nacional de Microcrédito, o programa teve a extrema redução da taxa anual de juros, de 60% a 8% (0,41% ao mês) e a Taxa de Abertura de Crédito (TAC) foi reduzida de 3% sobre o valor fornecido a 1%. Com esta redução de juros o governo busca melhorar a sustentabilidade das operações de crédito para aumentar a capacidade de produção dos micro-empresendedores. A origem desses recursos vem dos 2% dos depósitos a vista destinados ao microcrédito. O valor de cada operação de crédito, para a capital de giro ou investimento, pode ser de R\$300,00 a R\$ 15 mil¹⁷ (Guedes de Oliveira Almeida, 2013:27).

O objetivo do Crescer, no âmbito do Programa Brasil sem Miséria, é incentivar a geração de trabalho e renda entre micro-empresendedores, dando oportunidade para novos negócios e estimulando o empreendedorismo. Além disso, o programa busca disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado e oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado para fortalecer a prestação de serviços aos empresenedores populares. Como meta para o programa, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, informou que mais de 3,4 milhões de clientes deverão ser beneficiados com o programa até o final de 2013 e um valor de R\$3 bilhões a ser concedido, divididos entre os bancos federais Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Caixa Econômica Federal (CAIXA) e Banco da Amazônia (BASA)¹⁸ (Guedes de Oliveira Almeida, 2013:27).

Dilma Rousseff destacou que o programa é um meio de democratizar o crédito ao ampliar o número de beneficiários. “O Crescer é um passo no caminho da democratização do crédito”, disse a presidente. O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, afirmou que a queda nos juros vai aumentar o acesso ao micro-empresendedor com maior geração de emprego e renda. “É dinheiro barato com maior volume de crédito”, afirmou. “O governo vai equalizar até R\$ 500 milhões por ano para garantir a redução dos juros e a orientação para o crédito”¹⁹.

Além disso, a presidente menciona em uma entrevista que ‘no final de outubro de 2013 o Crescer já emprestou quase R\$ 9 bilhões para as pessoas no Brasil inteiro e 3,5 milhões de brasileiros já tomaram um empréstimo do Crescer e agora estão investindo em seus pequenos negócios. Essas pessoas estão melhorando de vida, aumentando a renda da família e movimentando a economia nos seus bairros e na sua cidade’. As mulheres formam

¹⁷ Informação obtida no site: <http://portal.mte.gov.br/>

¹⁸ Informação obtida no site: <http://www.brasil.gov.br/> e <http://portal.mte.gov.br/>

¹⁹ Informação obtida no site: <http://portal.mte.gov.br/>

64% dos clientes que tomam empréstimos no Crescer. Das 3,5 milhões de pessoas que pegaram um empréstimo, 1,2 milhão recebe o Bolsa Família. O valor médio dos tomadores é de R\$1.300,00 aproximadamente. 76% dos empréstimos foram para o Nordeste²⁰.

3.1. Política das instituições analisadas

Em Recife há várias instituições do microcrédito. Para este estudo de caso foram escolhidas seis seguintes instituições: Crediamigo do BNB, Agência do Crédito, CEAPE-PE, AGEFEPE, CAIXA e Cred Cidadania. Optou-se por estas instituições, porque foi justamente com estas instituições que se conseguiu entrar em contato. Através de entrevistas semi-estruturadas buscou-se analisar a política do microcrédito em Recife. Além destas instituições do microcrédito, também entrevistou-se funcionários do BNB, do SEBRAE, BNDES e os acadêmicos Euda Kaliani Gomes Teixeira Rocha e Russel Parry Scott da Universidade Federal de Pernambuco.

Neste segmento analisar-se-á as instituições pesquisadas, o público-alvo, o processo de solicitar microcrédito, projeto concreto para o empoderamento das mulheres, parcerias, capacitação, a concorrência entre as OSCIPs e Crescer e por fim alguns problemas assinalados pelos entrevistados.

Crediamigo é uma instituição dentro do BNB, porém não faz parte do banco. Crediamigo é operacionalizado pela OSCIP Instituto Nordeste Cidadania (INEC). Em 2013, já foram quinze anos que Crediamigo fornece microcrédito a micro-empresendedores, entre outros, em Pernambuco. Em Recife, Crediamigo possui quatro agências. A perspectiva da instituição é desenvolvimento econômico e social. Durante a entrevista, a entrevistada, Racquel Costa²¹, destacou claramente que o Crediamigo não trabalha com financiamento, mas que leva desenvolvimento até o cliente. A missão do Crediamigo é atender micro-empresendedores, gerar renda, criar possibilidades de trabalho para que as pessoas possam estar desenvolvendo as atividades comerciais e trazer (mais) renda para a sua família.

Cred Cidadania é uma OSCIP, criada em 1995, na época que apenas o CEAPE-PE trabalhava com microcrédito em Pernambuco, a partir da campanha da ONG Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Começaram com um fundo de R\$6000 para gerar renda e trabalho, apoiando cooperativas urbanas e agrícolas. Os primeiros três anos trabalharam sem estrutura, sem um local e tudo funcionava de base voluntária. Só depois é

²⁰ Informação obtida no: <http://cafe.ebc.com.br/cafe/arquivo/programa-crescer-de-microcredito-produtivo-orientado-ja-emprestou-quase-r-9-bilhoes>

²¹ Entrevista com Racquel Costa, coordenadora da equipe de Crediamigo da unidade Recife centro, em Recife no 18/11/2013

que se foram estruturando e estudando a metodologia do microcrédito. Hoje em dia, a missão continua a mesma: gerar renda e trabalho, a partir do apoio a pequenos empreendimentos²².

A AGEFPE é uma cooperativa de crédito que concorre com os bancos. Ela é vinculada à Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo de Pernambuco (STQE). Em 2012 foi criada para atender um público que tem mais dificuldade de ter acesso ao crédito no sistema financeiro convencional. Igual que Crediamigo, AGEFEPE não é um banco comercial. A AGEFEPE precisa fomentar e promover o micro-empendedor e empresta dinheiro e financia atividades produtivas. Para ela, a missão é transformar a vida das pessoas, desenvolver e capacitar pessoas. Porém esta transformação, segundo Agnaldo Nunes de Souza²³, começa dentro da instituição. Precisa-se capacitar e desenvolver os funcionários antes de transformar a vida das pessoas lá fora. Esta instituição trabalha com microcrédito no primeiro piso, fornecendo microcrédito diretamente aos micro-empendedores, e no segundo piso, repassando recursos para outras instituições de microcrédito, como por exemplo a ONG Acreditar em Pernambuco.

O fim do programa do governo estadual deu a origem da Agência do Crédito em 2003. Todos os funcionários da Agência do Crédito já tinham sua experiência na área de microcrédito, Albani Teixeira de Souza²⁴ por exemplo trabalhou na ONU, com o programa do governo estadual, no Banco do Povo e no CEAPE-PE. A missão da Agência do Crédito é *‘contribuir para o desenvolvimento social e econômico sustentável da população brasileira, utilizando-se do crédito orientado como estratégia de geração de trabalho, renda e superação da pobreza’*.

No Nordeste, o CEAPE-PE foi a primeira instituição de microcrédito. Em 1991, criou-se o CEAPE em Pernambuco, após o sucesso da filial no Rio Grande do Sul. Em 2013, o CEAPE-PE já tinha 21 anos de funcionamento e experiência com microcrédito. A missão do CEAPE-PE é melhoria da qualidade de vida dos pequenos empreendedores, através da massificação do acesso ao crédito orientado, no âmbito estadual, como estratégia de combate a pobreza²⁵.

CAIXA é um banco público, além de ser um banco econômico, tem um papel social. Em 2012 CAIXA criou a empresa CAIXA CRESCER para trabalhar com o microcrédito

²² Entrevista com Maria de Lourdes Alves Oliveira, coordenadora geral do Cred Cidadania, em Recife no 12/12/2013.

²³ Entrevista com Agnaldo Nunes de Souza, presidente e fundador da AGEFEPE, em Recife no 06/12/2013.

²⁴ Entrevista com Albani Teixeira de Souza, presidente do conselho de administração da Agência do Crédito, em Recife no 18/11/2013.

²⁵ Entrevista com José Ventura Sobrinho, diretor executivo do CEAPE-PE; em Recife no 25/11/2013

orientado CAIXA já teve uma experiência com microcrédito no começo do século de 2000, porém desde que se tornou uma linha de crédito do programa CRESCER do Governo Federal, a carteira da CAIXA cresceu muito. Em 2012 começou com 2100 agentes e este número duplicou em dois anos. A CAIXA teve que se reestruturar por causa das demandas do Governo Federal. Entre outros, teve que contratar jovens aprendizes para dar oportunidades de trabalho aos jovens entre 18 e 24 anos dentro da Lei da Aprendizagem. Ao contrário ao Banco do Nordeste, a CAIXA tem filiais no país inteiro. Em Recife, a CAIXA tem três agências. O microcrédito da CAIXA CRESCER tem como objetivo apoiar aqueles que precisam de uma pequena quantia no orçamento para melhorar ou abrir sua micro ou pequena empresa²⁶.

Em geral, todas as instituições atendem micro-empresendedores, tanto donos de um negócio formal quanto um negócio informal. CEAPE-PE trabalha com pessoas físicas, pequenos empresenedores, que fabricam ou comercializam bens ou serviços, tanto no setor formal como informal somente na área urbana. Agência do Crédito já não se foca apenas nos empresenedores da área urbana, mas também atende empresenedores na área rural. O público-alvo do Crediamigo são as pessoas que trabalham por conta própria, empresenedores individuais ou reunidos em grupos solidários que atuam nos setores formal e informal da economia. A AGEFEPE foi criada para atender um público que tem mais dificuldade de ter acesso ao crédito dentro o sistema financeiro convencional. Ela atende desde o empresenedor individual até uma média empresa, tanto na zona urbana quanto rural. O BNDES é uma empresa pública federal. O foco dele é as empresas nacionais. Os investimentos são focados nas indústrias nacionais. Começou de cima para baixo, começou a investir nas empresas grandes e depois até as microempresas e o micro-empresenedor. O objetivo final do banco: além de prover infraestrutura, mas o final é gerar trabalho, gerar renda, gerar desenvolvimento, impactos sociais. O Programa BNDES de Microcrédito tem como público-alvo as pessoas físicas e jurídicas empresenedoras de atividades produtivas de pequeno porte, assim consideradas aquelas que obtêm, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$360 mil. O crédito chega aos micro-empresenedores por meio dos agentes operadores de 1º primeiro piso. O público-alvo da CAIXA são pessoas físicas com perfil empresenedor, por exemplo beneficiários de programa sociais como Bolsa Família, mutuários do Programa Minha Casa Minha Vida²⁷ e pessoas jurídicas como empresenedores individuais e

²⁶ Entrevista com Paulo Lapa, supervisor da filial da CAIXA na Ilha do Leite, em Recife no 09/12/2013, e no site: <http://www.caixacrescer.com.br/>

²⁷ Programa de habitação do Governo Dilma.

microempresas com um faturamento anual de até R\$120 mil. A meta da CAIXA é atrair as famílias de baixa renda que têm Bolsa Família²⁸. Agentes vão para a casa dos clientes do Bolsa Família para oferecer microcrédito, para que saiam do programa e comecem a tornar-se independentes.

Porém, o Cred Cidadania é a única instituição que destaca mulheres como público-alvo. Maria de Lourdes Alves Oliveira diz: ‘Cred Cidadania²⁹ sempre teve essa perspectiva de trabalhar questão gênero e de apoiar mulheres em função da condição das mulheres. Tinha a intenção de trabalhar com mulheres, e a maioria dos tomadores são mulheres, porque a maioria das mulheres é excluída do trabalho formal. A maioria dos clientes é de 31 anos para cima, portanto público com faixa etária mais madura’. Além disso, acrescenta: ‘apoiamos empreendedores (as) que atuam em micro ou pequenos negócios formais ou informais, especialmente os dirigidos por mulheres, na Região Metropolitana do Recife’.

Quase todas as instituições demandam que o micro-empendedor já possui seu negócio com um mínimo de seis meses antes de solicitar microcrédito. Porém os grandes bancos, CAIXA e BNB, que estão envolvidos no programa federal Crescer, atendem também pessoas que têm a intenção de iniciar o negócio próprio, ou seja iniciantes. Com a criação dos bancos comunitários, um grupo de no mínimo 15 pessoas e no máximo 30 pessoas, o Crediamigo possibilitou que cinco iniciantes em cada banco comunitário, sem nenhum tipo de comércio existente, pudessem ter acesso ao microcrédito também. O resto das instituições, como o CEAPE-PE, AGEFEPE, Cred Cidadania e Agência do Crédito trabalham de ‘forma tradicional’ apenas com empreendedores com uma atividade já existente. Esta informação corresponde com os resultados dos questionários. Todas as mulheres assinalaram que foi preciso ter uma atividade com uma existência de ao mínimo seis meses. Porém nos grupos de banco comunitário é permitido que cinco pessoas sejam iniciantes. Antes de solicitar o crédito, todas as mulheres já tinham algum tipo de negócio.

O sucesso do microcrédito deve-se entre outros ao processo facilitado e desburocratizado de solicitar microcrédito. Todas as instituições exigem os mesmos documentos para poder liberar o microcrédito para o micro-empendedor ou microempresa; Xerox da Identidade, Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e comprovante de residência. Após as entrevistas com as instituições do microcrédito conclui-se que existem duas formas de solicitar crédito. O cliente busca a agência ou a agência busca o cliente, ou segundo Paulo

²⁸ Programa do Governo Lula de transferência de renda com condicionalidades. CAIXA faz o pagamento do Bolsa Família.

²⁹ Esta instituição focaliza-se nas mulheres e só tem mulheres como funcionários.

Lapa a demanda reativa e prospectiva. Em geral, todas as instituições analisadas trabalham com ambas maneiras

A primeira maneira é a demanda reativa: o cliente vai até a agência e busca informação. A instituição agenda uma visita do agente no empreendimento do cliente. O agente vai até o empreendimento, recolhe os dados, controla os documentos necessários e faz um levantamento financeiro, fazendo, entre outros, uma análise da capacidade de pagamento, vendas e estoque do empreendedor. Depois, o agente volta para a agência e insere os dados no sistema. O sistema calcula o valor do empréstimo. O agente liga para o cliente para informá-lo sobre o valor calculado. Se o cliente estiver de acordo, vai até a agência para assinar o contrato e o crédito será liberado.

A segunda maneira é a demanda prospectiva. Um agente do microcrédito vai até a comunidade, por exemplo a feiras ou mercados etc. e vai oferecendo o produto, entre outros distribuindo panfletos. Fala com as pessoas lá e faz o levantamento financeiro na hora na rua. O resto do processo é igual ao processo da demanda reativa.

Várias instituições do microcrédito trabalham com alguns critérios, por exemplo controla-se o CPF do cliente. Quando estiver 'sujo', por exemplo quando a pessoa é endividada, o cliente não consegue tirar microcrédito. Além disso, é preciso abrir uma conta do banco parceiro da instituição, por exemplo na CAIXA ou no BNB. Quando o cliente já possui uma conta bancária, aconselha-se buscar microcrédito no mesmo banco. A CAIXA demanda que o cliente invista o microcrédito do jeito que foi escrito no levantamento financeiro. Após trinta dias o agente da CAIXA volta ao empreendimento para controlar se o cliente usou o microcrédito do jeito que prometeu no momento que este assinou.

Aspectos importantes para atrair clientes são juros baixos, liberação rápida do microcrédito e falta de burocracia. Estes aspectos podem influenciar a decisão de escolher por uma determinada instituição.

Todas as mulheres entrevistadas solicitaram microcrédito ou ainda estavam no processo de solicitá-lo na hora da entrevista. Quatro mulheres solicitaram microcrédito no CEAPE-PE, dez no Crediamigo, três na CAIXA e três na AGEFEPE. Três mulheres solicitaram microcrédito em mais do que uma instituição, sempre buscando crédito em outra instituição além da CAIXA (isto é na AGEFEPE, Crediamigo e CEAPE-PE). A maioria solicitou microcrédito no Crediamigo, mas isto se deve ao fato que visitou-se vários clientes do Crediamigo com um agente de Crediamigo. Das dezessete mulheres entrevistadas, seis ainda estavam esperando a liberação do crédito, cinco receberam apenas um empréstimo, seis mulheres já receberam quatro ou mais empréstimos. Uma cliente do CEAPE-PE já recebeu

mais que cinquenta empréstimos, ela foi um dos primeiros clientes. Utilizou-se o crédito, especialmente, para a compra de mercadorias ou equipamentos ou investiu-se o crédito no negócio. Lidia, por exemplo, usou o primeiro crédito (do Crediamigo, um valor de R\$702,90) para compra de mercadorias (shampoo, tinta, produtos etc.). A minoria utilizou o crédito para a melhoria do negócio e uma para investi-lo na própria casa.

A maioria, dez das mulheres entrevistadas considerou o processo de solicitar microcrédito fácil. Duas acharam um “pouco fácil”, duas regular e uma um pouco difícil. Mais duas mulheres ainda não tinham formado uma opinião sobre o processo, porque recentemente começaram com o processo de solicitar microcrédito. Duas das três mulheres que buscaram microcrédito na AGEFEPE acharam que ‘o processo demorou um pouco’. Outra acrescenta que ‘CAIXA demora bem menos (que AGEFEPE)’. A grande maioria teve apenas uma entrevista com um agente antes de receber o crédito. Em geral, as mulheres acharam o atendimento na agência ótimo e o agente da instituição do microcrédito prestativo. Nenhuma teve uma experiência negativa.

Além disso, pesquisou-se se o agente fez perguntas pessoais sobre a vida familiar. A maioria opinou que o funcionário não fez perguntas pessoais sobre a vida familiar. Seis das mulheres entrevistadas não tinham opinião, porque ainda não tinham feito o levantamento sócio-econômico. Apenas uma achou que o agente fez algumas perguntas pessoais sobre a vida familiar, perguntando: ‘quantas pessoas estão na sua casa? Quantos trabalham? Tem Bolsa Família?’. Todas concordavam que o funcionário não fez uma pergunta sobre uma possível gravidez no futuro.

Por fim, perguntou-se se o fato de ser mulher, ajudou no processo de solicitar microcrédito. Duas mulheres acharam que sim, duas acharam regular, sete não concordaram e seis ainda não tinham uma opinião formada. Várias mencionaram que o fato de ser mulher não ajudou no processo, porque há direitos iguais para homens e mulheres.

Conclui-se que, em geral, o processo de solicitar microcrédito é um processo fácil com pouca burocracia na RMR. A lentidão da liberação do crédito, especialmente da AGEFEPE, é criticada por algumas das mulheres entrevistadas, porém todas as instituições garantem a liberação do crédito dentro de sete dias.

As mulheres representam a maioria dos tomadores do microcrédito, porém, em geral, as instituições analisadas não buscam enfatizar nas mulheres. Em geral, as instituições do microcrédito da RMR que foram entrevistadas não têm um projeto concreto para o empoderamento das mulheres, nem um foco específico na mulher. Albani Teixeira de Souza, por exemplo, diz que ‘a mulher é um público espontâneo, por mais incrível que pareça’. José

Ventura Sobrinha compartilha a mesma opinião de Albani Teixeira de Souza e diz que o fato que as mulheres representam uma grande maioria nos tomadores do microcrédito é ‘uma demanda natural’. CEAPE-PE, igual Agência do Crédito, também não tem um projeto específico para as mulheres.

O Ademário Alves³⁰ diz que ‘o Crediamigo não tem distinção, não discrimina se é homem ou mulher. Naturalmente, as mulheres demandam mais. A maioria são mulheres, mas não por questão de exclusivismo, mas o próprio modelo acaba atraindo mais mulheres’. A prefeitura de Jaboatão de Guararapes notou estas características e abriu o Banco da Mulher em parceria com o BNB. Foi uma iniciativa da Secretária da Mulher. O programa é direcionado às mulheres, mas homens são bem-vindos também. A CAIXA também não tem só um foco nas mulheres. Mulheres são predominantes na carteira da CAIXA, a maioria é mulher entre 20 e 40 anos. De forma explícita o BNDES também não tem um projeto concreto para o empoderamento das mulheres, não tem um projeto concreto de gênero. Contudo, sem dúvidas, a mulher é levada em consideração no processo de pelos técnicos. Dentro da equipe, é algo que é comum. As mulheres que trabalham com microcrédito, têm um papel fundamental dentro da questão de microcrédito.

Em 2012, o Cred Cidadania trabalhou com a Associação das Mulheres em Camaragibe, Pernambuco em parceria com o BNB. A Associação das Mulheres é uma associação que teve que lutar por tudo, por infraestrutura, escola para crianças etc. Elas estavam criando um grupo de geração de renda, fizeram várias capacitações. Cred Cidadania criou um fundo para elas, passou toda a metodologia do microcrédito por elas. As mulheres que fazem a gestão.

Em 2013, a AGEFEPE estava formulando um programa que seria implementado em 2014. Este programa tem o foco nas mulheres empreendedoras e empresas que são administradas por mulheres. ‘Nós já sabemos que as mulheres empreendedoras são muito mais eficazes em determinados aspectos que os homens. Já existem programas governamentais que tratam exatamente assim, Bolsa Família por exemplo. A mulher conserva mais, preserva mais aquilo do que o homem’. Com esta ótica formulou-se o programa. O presidente acrescenta: ‘a gente precisa fortalecer cada vez mais isso, o mundo ainda é muito dominado por homens. Quanto mais fortalecemos isso, melhor³¹’.

Todas as instituições analisadas trabalham com parceiros. Começou-se esta pesquisa, entre outros, com o objetivo de conhecer as parcerias com a prefeitura da cidade do Recife.

³⁰ Entrevista com Ademário Alves, gerente estadual de microfinanças do Banco do Nordeste, em Recife no 28/11/2013

³¹ Citando Agnaldo Nunes de Souza, presidente e fundador da AGEFEPE

Porém, durante todas as entrevistas soube-se que em 2013 praticamente não houve parceria com a prefeitura. As instituições analisadas do microcrédito na RMR estão mais vinculadas com governos ou instituições ao nível estadual ou federal.

Todas as instituições do microcrédito da RMR tem uma parceria com o SEBRAE. Em todos os casos, o SEBRAE é por uma grande parte responsável pela capacitação dos clientes das instituições. Há algumas instituições, como por exemplo CAIXA CRESCER, que não oferecem capacitação em específico. Destaca-se que o agente faz umas orientações, quando visita o empreendimento do cliente. Porém o responsável pela capacitação é SEBRAE. CAIXA aconselha que o cliente visite SEBRAE para fazer um curso, por exemplo para formalizar o negócio. Cada mês SEBRAE faz a Rodada do Microcrédito através de uma palestra, onde orienta as pessoas sobre o que é microcrédito, o que é empreender etc. Os bancos sempre estão presentes nessas palestras.

AGEFEPE é vinculada à Secretaria STQE de Pernambuco. AGEFEPE formou várias parcerias, entre outros porque é uma agência do fomento. As agências do fomento não podem ter escritório nem outro filial fora da sede. Por isto, é preciso formar parcerias. AGEFEPE tem parcerias com as OSCIPs Acreditar e CEAPE-PE, são parcerias de financiamento, microcrédito em segundo piso. A parceria com Acreditar compõe-se da seguinte forma: ‘ela pega o recurso, ela faz os contratos de financiamento para os tomadores, ela capacita as pessoas através das parcerias do terceiro setor que ela tem lá³² e ela faz a capacitação das pessoas, educação financeira. Ela concede o crédito aos jovens. A OSCIP Acreditar é muito bem elogiada e premiada também³³. Além das OSCIPs, ela tem parcerias com departamentos do estado do Pernambuco, como a Secretária do Desenvolvimento Econômico e o Programa Pernambuco no Batente, que é um programa do microcrédito do estado. Também trabalham com a Universidade Federal Rural do Pernambuco e o SEBRAE. Trabalham com outras instituições também, mas estas parcerias não são formalizadas.

CAIXA tem parcerias com o governo federal e estadual e com municípios também. O Programa CAIXA CRESCER é federal, o Governo Federal é o dono do banco e do programa. Além disso, ela tem vários projetos com o governo estadual, como por exemplo o Programa Chapéu da Palha³⁴ em Pernambuco e o Programa Minha Casa Minha Vida. A nível municipal, CAIXA faz Parceria Apoio Microcrédito (PAM), que é um convênio com prefeituras. CAIXA faz reuniões com prefeitos, informa-os sobre o Programa CRESCER e estrutura o ambiente

³² Acreditar está localizada em Glória de Goitá, Pernambuco.

³³ Citando Agnaldo Nunes de Souza, diretor e fundador da AGEFEPE

³⁴ Programa criado em 1988 que apóia os trabalhadores rurais de cana-de-açúcar em frente aos desafios causados pelo desemprego nas 12 Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco.

do lugar na prefeitura onde o microcrédito será oferecido etc. A prefeitura não ganha nada com isto. Por exemplo recuperam lugares degradados, pintando as paredes etc. Em 2013, a CAIXA formalizou três PAMs na RMR: em Jaboatão dos Guararapes, Recife e Paulista. Esta é a única parceria que uma instituição do microcrédito na Região Metropolitana do Recife tem com a prefeitura da cidade.

CEAPE-PE tem várias parcerias que fornecem financiamento à instituição, entre outros com AGEFEPE e BNDES. O diretor executivo, José Ventura Sobrinho destaca claramente que CEAPE-PE não tem parcerias com governos, nem a nível municipal, estadual ou federal, e nem quer tê-lo. CEAPE-PE não tem ‘nenhuma ligação com o Governo, nunca teve e nem quer’. Um grande problema na situação atual do CEAPE-PE é o Governo Federal (veja mais na seção ‘concorrência’ na página 51).

Igual ao CEAPE-PE, o Cred Cidadania também não tem parcerias com governos. Até o Governo Lula, o Cred Cidadania tinha parcerias com governos e com o Ministério de Trabalho para trabalhar com a questão do Bolsa Família. Também tinha uma parceria de financiamento com a CAIXA. Hoje em dia não tem nenhuma parceria com governos, ‘acabou tudo’ segundo Maria de Lourdes Alves Oliveira, coordenadora geral da instituição. Porém, a OSCIP conseguiu um recurso de R\$150 mil da prefeitura de Recife.

O Governo Federal é o principal parceiro do Crediamigo, porque subsidia as taxas, e é por 99% o dono do BNB. Além disso, o BNB mantém uma parceria com o INEC, uma OSCIP que faz a operacionalização do Crediamigo e contrata funcionários. O banco tem parcerias com alguns municípios no Pernambuco, entre outros com a prefeitura de Olinda e Jaboatão dos Guararapes (Banco da Mulher). O Programa Crediamigo tem uma parceria com SEBRAE, o projeto Aprender e Empreender. Com este projeto as duas instituições procuram minimizar os problemas da falta de capacitação ou qualificação profissional dos seus clientes. Além disso, tem parceria com municípios para fazer palestras.

Em Pernambuco, o BNDES apenas tem parceria com CEAPE-PE e AGEFEPE. O BNDES fornece microcrédito no primeiro piso a CEAPE-PE e no segundo piso a AGEFEPE. Antes tinha mais parcerias, mas algumas já desapareceram.

Conclui-se que as instituições do microcrédito estão divididas em dois campos, as que mantêm relações com governos (seja municipais, estaduais ou federal) e as que não querem parceria nenhuma com governos. Além disso, percebe-se que atualmente a prefeitura de Recife não trabalha muito na questão do microcrédito. Além de financiar o Cred Cidadania e organizar palestras junto com Crediamigo, a prefeitura de Recife não tem um papel na questão do microcrédito capital Pernambucana.

Um elemento muito importante da política do microcrédito é a questão da capacitação dos clientes. ‘Não adianta emprestar, se não educar’³⁵. Todas as instituições trabalham com microcrédito orientado, ou seja não fornecem apenas crédito, mas também orientam os tomadores. SEBRAE tem um trabalho de capacitação e orientação. Começaram a vincular-se com microcrédito em 2001. Apoiam instituições de microcrédito com a capacitação. Hoje em dia, já não existe mais demanda do segmento de microcrédito para orientar os clientes ou agentes. Então atualmente, o SEBRAE já não oferece muitos cursos em torno de microcrédito. Hoje em dia, a demanda do segmento de microcrédito para acompanhamento caiu, porque desapareceram algumas entidades. Em 2013 só houve um curso para a formação de agentes. Funcionários do CEAPE, de prefeituras, AGEFEPE e da Acreditar participaram deste curso.

Mesmo assim, as instituições do microcrédito na RMR consideram a capacitação dos clientes como um elemento fundamental da política do microcrédito. Por exemplo a presidente do Conselho de Administração da Agência do Crédito, Albani Teixeira de Souza: ‘o crédito orientado, é uma condição de desenvolvimento. Nós não damos o crédito pelo crédito, mas com a orientação, para que os nossos clientes e suas famílias se desenvolvam. O cliente vai focar em cima do estoque, do equipamento, usar o crédito para a melhoria dos equipamentos e vai focar na necessidade do cliente’. Além disso, acrescenta: ‘quando o empreendimento se desenvolve na comunidade, toda a comunidade cresce junto’.

Em geral, a capacitação formal é feita pelo SEBRAE e a capacitação informal pelo agente da instituição do microcrédito. Quando o agente do Crediamigo, por exemplo, faz o levantamento financeiro, ele orienta o cliente, dá algumas informações para o cliente, por exemplo: deve aplicar o crédito no negócio e não repassar para parentes. Outro exemplo dado por Ademário Alves é perguntar como estão seus veados, contas a receber. O agente dá dicas instrutivas ao cliente, é uma forma de capacitação informal. Capacitar faz parte da missão do Crediamigo, mas não existe uma meta obrigatória de capacitar todos os cliente de forma formal. Porém, todo o ano Crediamigo lança algumas cartilhas de capacitação, como por exemplo: Quem manda no meu dinheiro? Meio ambiente: cuide do seu futuro! Ou Custos: para onde está indo o dinheiro do meu negócio?. São revistas em quadrinho, nas quais o Crediamigo tenta orientar, de modo simplificado e divertido, os clientes. Racquel Costa destaca que ‘hoje em dia, os nossos clientes têm muita dificuldade de diferenciar o que é da empresa e o que é lucro. Então a gente fez uma parceria com SEBRAE’. As duas instituições

³⁵ Citando Racquel Costa, coordenadora da equipe de Crediamigo da unidade Recife centro

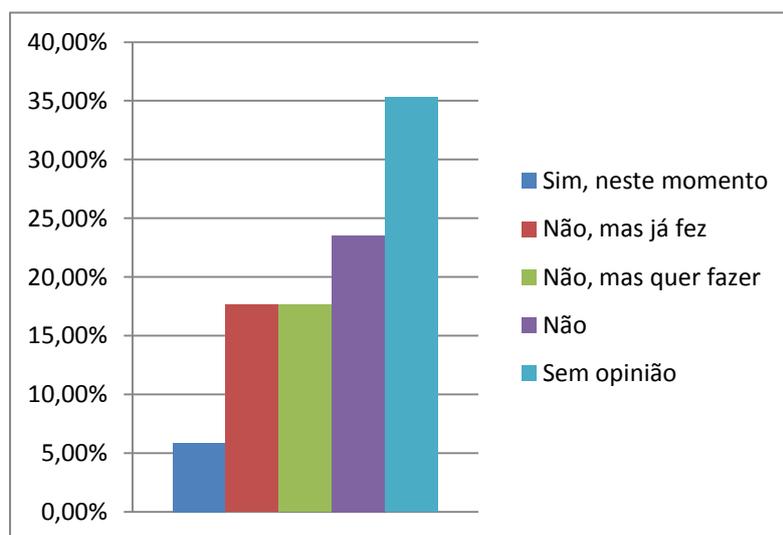
organizam eventos de capacitação juntos. Além disso, Crediamigo oferece um curso de uma semana: aprender e empreender, em parceria com SEBRAE sobre administração do negócio.

Hoje em dia, o Cred Cidadania não tem recursos para capacitar os clientes. Mas mesmo assim, orientam os clientes para que estes busquem informação no, por exemplo, SEBRAE. Capacitação e orientação é feita por outras, pela rede das ONGs em Recife, como por exemplo a Casa da Mulher do Nordeste. Já tiveram um convênio com SEBRAE, de 2003 até 2010.

Igual que Cred Cidadania, o CEAPE-PE oferece só orientação. O agente dá instruções no negócio. As vezes negócios têm mais que uma função, por exemplo venda de lanches e papelaria, portanto aconselham que é melhor separar isto e se focar em apenas uma função etc.

AGEFEPE também não trabalha apenas com crédito, mas também com capacitação, seja ela feita por SEBRAE ou pela STQE, envolvem todas as demandas das comunidades. O diretor e fundador diz: ‘se não houver capacitação gerencial, de gestão financeira ou produtiva, o crédito só vai criar problemas’. Igual Crediamigo, os agentes da AGEFEPE acompanham os clientes durante o seu processo do microcrédito. Porém, a capacitação mesma é dada pelos parceiros. O diretor destaca um problema vinculado à capacitação: ‘os clientes sempre pensam que não têm muito tempo para a capacitação. Quando o cliente para uns dois dias para fazer capacitação, ele pensa que está perdendo alguma coisa. Na verdade ele está perdendo a oportunidade de ganhar mais dinheiro’. Este problema encontra-se por uma parte nos resultados do questionário. Uma parte, 23,53%, admite que não está interessada em fazer um curso de capacitação por motivos de falta de tempo entre outros. 23,53% das mulheres está fazendo um curso de capacitação ou já fez no passado, entre outros na internet. Mais uma vez

Figura 1: faz um curso



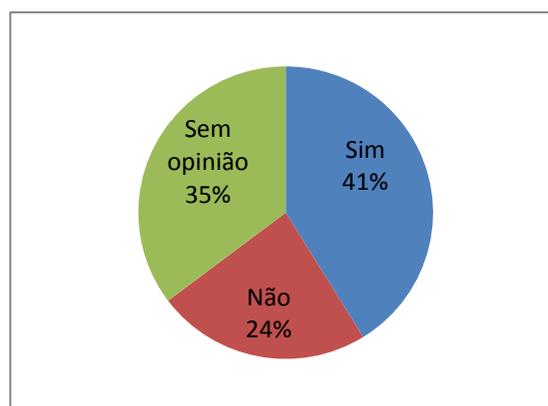
Fonte da autora; em base dos questionários

tem uma parte que não opinou nada sobre esta questão, novamente isto se deve ao fato de que elas recentemente começaram a solicitar microcrédito.

Em geral, as mulheres entrevistadas sabem aonde ir quando têm perguntas ou precisam de informação, mesmo não tendo interesse em

fazer um curso. Onze das dezessete, ou aproximadamente 65% das mulheres, dizem que buscariam ajuda ou informação na agência da instituição ou no SEBRAE³⁶. Além disso, pesquisou-se se as mulheres receberam sugestões para fazer um curso de capacitação. Na figura aqui em cima, mostra-se os resultados; 35% não tinha uma opinião sobre esta questão, porque na hora da entrevista teve o primeiro encontro com o

Figura 2: sugestão de capacitação



Fonte da autora; em base dos questionários

agente da instituição do microcrédito. 41% disse que recebeu sugestões da instituição do microcrédito para fazer um curso de capacitação e 24% disse que não recebeu sugestão alguma. Conclui-se que as instituições analisadas sim orientam os clientes, mas não os incentivam o suficiente para fazerem algum curso de capacitação para, por exemplo, formalizarem-se.

Desde o lançamento do Programa Crescer, muitas pessoas beneficiaram-se, porém o programa também houve um impacto negativo dentro da política do microcrédito na RMR. Na época que instituições como por exemplo CEAPE-PE ou Cred Cidadania começaram a trabalhar na área do microcrédito, os bancos não operavam na área do microcrédito. Em geral não tinham interesse em operar nesta área e a população de baixa renda não tinha acesso ao crédito. Porém, isto mudou, a partir do momento que foi lançado o Programa Federal Crescer, o qual é focado nos bancos federais. As OSCIPs destacam que desde o lançamento do programa federal Crescer, tiveram grande dificuldade, entre outros, em termos de concorrer com as taxas baixíssimas (0,41% do Crescer), os longos prazos e os valores altos dos empréstimos. Segundo Rodrigo Almeida de Aguiar³⁷, ‘as OSCIPs às vezes não tenham as capacidades de diminuir as taxas ao mesmo nível que os bancos federais do Programa Crescer. As OSCIPs se veem concorrendo com os gigantes do microcrédito, e a taxa delas é muito mais cara que do Programa Crescer. As OSCIPs estão com uma desvantagem competitiva’. É um problema que se encontra em todas as OSCIPs. Na hora da entrevista, Rodrigo Almeida disse que o BNDES tentou desenvolver alguma forma de repassar de alguma parte do fundo

³⁶ O outro 35% ainda não sabiam dizer-me aonde ir, porque estavam tendo o primeiro encontro com o agente do Crediamigo, justamente no momento da entrevista.

³⁷ Entrevista com Rodrigo Almeida de Aguiar, administrador Gabinete da Presidência do BNDES, em Recife no 11/12/2013.

social³⁸ do banco para tentar estruturar essas OSCIPs. O objetivo deste projeto é estruturar melhor essas instituições na gestão, na informação, tentar que elas se tornem mais competitivas apesar da desvantagem da taxa. Este projeto ainda está sendo planejado.

Porém, Rodrigo Almeida também menciona que as OSCIPs não têm apenas desvantagens. Uma das vantagens das OSCIPs é que elas conhecem a região na qual trabalham. Conhecem o território e o empreendedor, há mais proximidade com os tomadores do microcrédito. O empreendedor não vai sair da região para ir até um banco, mas busca informação em sua própria região. Não vai até a CAIXA por exemplo, porque alguns dos empreendedores (especialmente da faixa de renda mais baixa) ainda possuem a ideia de que eles são excluídos do sistema bancário.

O CEAPE-PE sofre as mudanças nas políticas dos últimos anos. José Ventura Sobrinho diz que no começo tudo correu bem. Depois disto, começaram a aparecer novas instituições oferecendo microcrédito. Segundo José Ventura Sobrinho, algumas destas instituições ofereceram microcrédito com um valor que era grande demais, isto é quando o valor é maior do que a capacidade de pagamento do tomador do crédito. Muitos clientes do CEAPE-PE foram buscar microcrédito nestas instituições, porque ofereceram maiores valores. Desse jeito, o CEAPE-PE perdeu muitos clientes, porque os clientes endividaram-se em outras instituições. ‘Só sobrevivemos, porque temos muitos anos de experiência’. O diretor critica o programa Crediamigo. Segundo José Ventura Sobrinho, o Crediamigo diz ser a primeira organização no Pernambuco que oferece microcrédito, porém não é verdade. ‘CEAPE-PE diz a verdade, ou pelo menos fazemos o possível para cumprir aquilo que prometemos. A Rede Globo de televisão faz propaganda para Crediamigo, porque Crediamigo tem estes recursos. Crediamigo tem muito mais recursos que CEAPE’. Além disso, o diretor acrescenta que vários bancos buscaram informação no CEAPE-PE, utilizaram o CEAPE-PE.

Maria de Lourdes Alves Oliveira concorda com José Ventura Sobrinho. Segundo ela, ‘o Programa Crescer destruiu as OSCIPs. O PNMPO focalizou-se na definição das regras para as OSCIPs que trabalham com microcrédito para conseguirem acesso aos recursos. Porém, quando Dilma tornou-se presidente, ela excluiu o PNMPO e lançou o Programa Crescer priorizando os bancos, subsidiando as instituições que não precisam de subsídios e que nem sabem fazer microcrédito’. Para as OSCIPs é difícil concorrer com o prazo e juros do Programa Crescer, para ampliar o prazo e diminuir os juros. Não dá por causa da auto-sustentabilidade.

³⁸ Fundo social é um fundo não reembolsado

João Albuquerque da Silva acrescenta que no modelo atual do microcrédito, as ONGs e OSCIPs não sobrevivem, não dá para concorrer mais com os bancos atuais que trabalham com microcrédito.

Além da concorrência entre as OSCIPs e Crescer, as instituições analisadas destacaram outros problemas. Pesquisou-se alguns problemas assinalados pelos entrevistados de cada instituição e o que poderia melhorar dentro da política do microcrédito. As políticas do microcrédito mudam e já mudaram várias vezes e o lançamento do Programa Crescer trouxe muitas mudanças consigo, tanto positivas quanto negativas. Especialmente as OSCIPs criticam o programa federal, porque são elas que sofrem a concorrência. O CEAPE-PE, por exemplo, deseja que no futuro o governo não concorra mais com as pessoas que realmente fazem microcrédito orientado.

O Cred Cidadania procura consolidar a sua sustentabilidade financeira, para isto precisa-se de fontes constantes de captação de recursos. Isto é muito frágil ainda. Além disso, a instituição não deseja mais estar vinculada ao Ministério de Trabalho, porque, na sua opinião, o Ministério do Trabalho está completamente desestruturado.

O desafio maior da AGEFEPE é a questão da conscientização dos tomadores. Conceder apenas crédito seria fácil, porém há que conscientizá-los também. Culturalmente, quando as pessoas têm acesso ao crédito, seu desejo é consumir. As instituições financeiras deveriam orientar os clientes para que não consumam. Outro desafio destacado é a dificuldade de como alcançar o sertão de Pernambuco. AGEFEPE só pode ter um filial como uma agência do fomento e a sede está localizada em Recife. Além disso, terão que enfrentar o desafio de recursos com custos adequados. Precisam-se de fontes de recursos com custos adequados.

CAIXA, por outro lado, procura atender mais a população mais carente, população que mais precisa de fato. As instituições atendem a população de baixa renda, porém têm grande dificuldade de localizar e atingir a população que realmente vive em extrema pobreza.

Kaliani Rocha³⁹ opina que em Pernambuco ‘precisa-se de lei de trabalho para proteger a mulher, precisa-se de uma serie de estruturas institucionais, uma estrutura organizado. Mas a mulher não pode empoderar-se, quando ela é a única responsável por todos os trabalhos domésticos, cuidado das crianças etc. O estado tem que mudar essa visão da mulher’.

João Albuquerque da Silva diz que no modelo atual de microcrédito, as ONGs e OSCIPs não sobrevivem mais. Trabalhar com microcrédito pelo microcrédito ou como fim não se consegue mais, não dá para concorrer com os bancos atuais que trabalham com

³⁹ Entrevista com Kaliani Rocha, professora no departamento de Psicologia na UFPE, área de pesquisa: gênero e trabalho, em Recife no 03/12/2013.

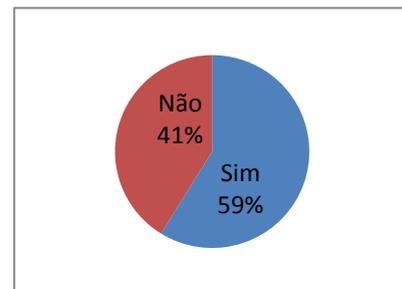
microcrédito. Como ONG ou OSCIP deveria trabalhar com microcrédito como um meio para inclusão social, não como um fim.

Conclui-se que a maioria das pessoas entrevistadas acham que o Governo Federal deveria dar mais apoio às OSCIPs, embora as OSCIP digam não ter interesse em uma parceria com o Governo. A iniciativa de lançar um programa federal do microcrédito é ótima, o programa beneficiou milhões de pessoas, especialmente mulheres, ajudando-as a conquistarem seu sonho. Porém o Crescer trouxe algumas desvantagens consigo, ‘destruindo’ as OSCIPs.

3.2. Perfil das tomadoras do microcrédito na Região Metropolitana do Recife

Nesta seção busca-se esboçar um perfil das mulheres que estão no processo de solicitar microcrédito ou estão envolvidas em um programa do microcrédito na RMR. Através de um questionário, entrevistou-se dezessete mulheres. Na figura 3, mostra-se que das dezessete mulheres, todas moram na RMR. Dez, ou seja 58,82%, moram na cidade do Recife mesmo e sete, 41,18%, nos outros municípios que fazem parte da RMR, isto é duas em Olinda, três em Jaboatão dos Guararapes, uma em Paulista e uma em Camaragibe.

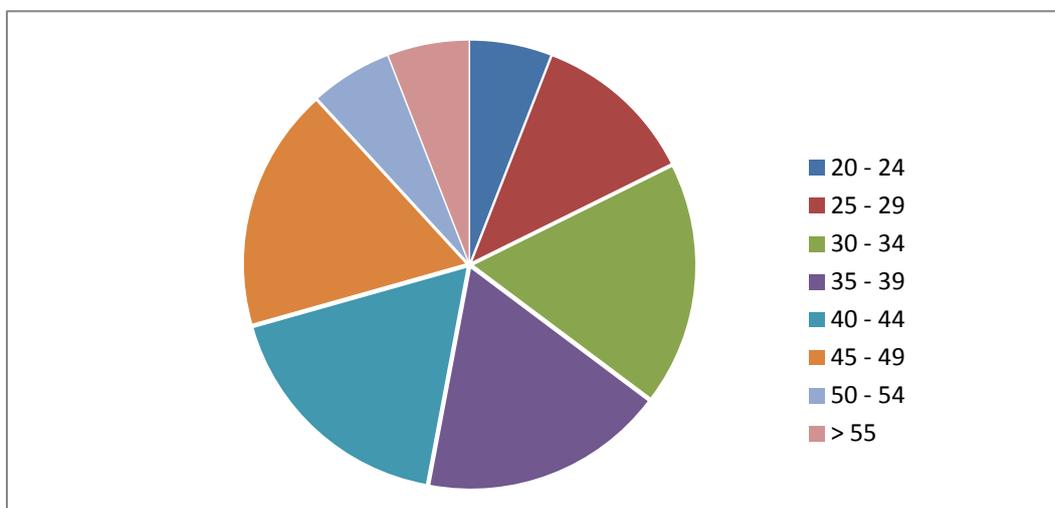
Figura 3: mora em Recife 1



Fonte da autora; em base dos questionários

A idade média das mulheres entrevistadas varia bastante. Mostra-se na figura 4, que não há uma faixa etária predominante. Há uma mulher, ou 5,88%, que está entre 20 e 24 anos, duas, ou 11,76%, entre a faixa de 25 a 29 anos, três, ou 17,65%, entre 30 e 34 anos, mais três

Figura 4: idade média das mulheres entrevistadas



Fonte da autora; em base dos questionários

entre 35 e 39 anos, entre 40 e 44 anos e entre 45 e 49 anos. Há uma mulher, ou 5,88%, que está na

faixa de 50 a 54 anos e mais uma mulher que tem mais de que 55 anos. A maioria das mulheres entrevistadas encontra-se na faixa etária entre 30 e 49 anos.

Pesquisou-se também o estado civil das mulheres entrevistadas. Uma grande parte, oito das dezessete mulheres, ou seja 47,06% é solteira. 41,18%, ou sete das dezessete mulheres é casada, tanto no papel quanto vivendo com companheiro, e duas, ou 11,76% são divorciadas. Quanto aos filhos, sete têm apenas um filho, cinco têm dois filhos, quatro têm três filhos e uma tem quatro filhos.

Observa-se, enquanto ao grau de escolaridade, que a maioria das mulheres, nove das dezessete ou 52,94% não concluiu o ensino médio, seguido de um número menor que sim concluiu o segundo grau, a saber 29,41% ou cinco das dezessete mulheres. Por fim, há uma minoria de três mulheres que concluiu o ensino superior. Na figura 5 (na página 58) relaciona-se o grau de escolaridade à (in)formalidade do negócio que as mulheres possuem.

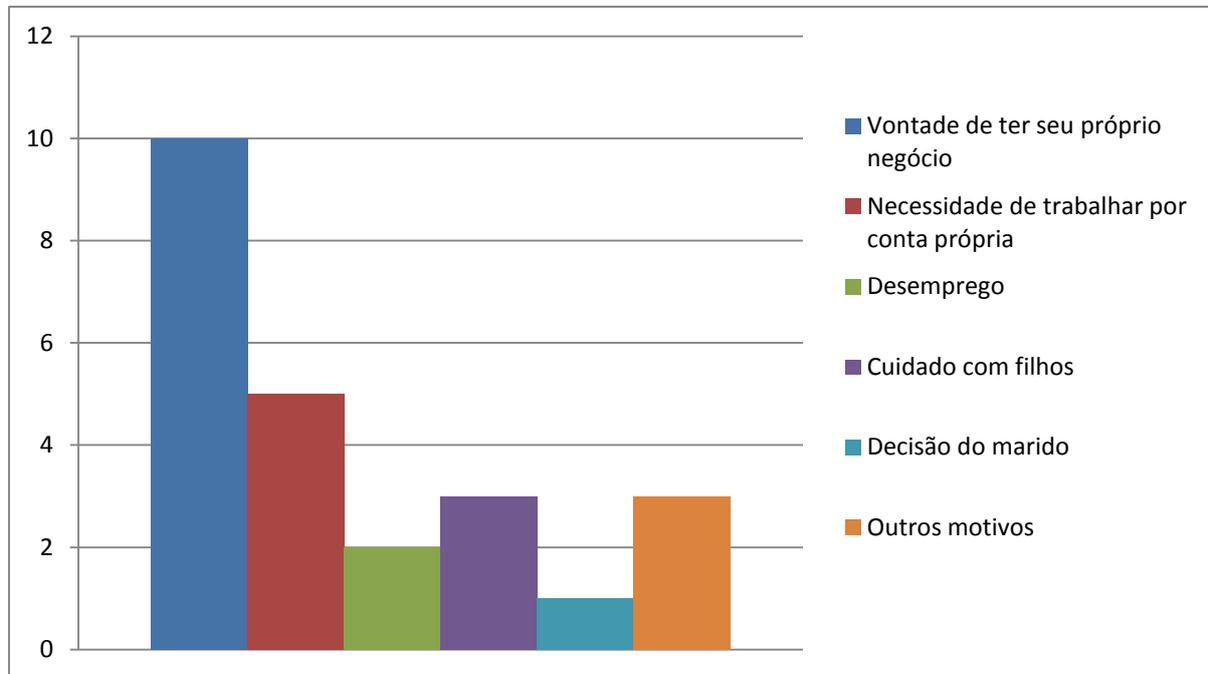
Carvalho menciona: ‘Como a facilidade de acesso ao microcrédito contrasta com a burocracia dos bancos oficiais, paralelamente também se torna mais simples para as mulheres de qualquer nível de escolaridade serem contempladas com o empréstimo, tendo com determinante neste processo a relação de confiança entre o agente de crédito e o beneficiário, através das visitas e entrevistas acerca dos motivos e das necessidades do empreendimento’ (2013:44).

Considerando-se o tipo de negócio que a maioria das mulheres empreende: barraca de lanches, loja de confecção, bar, lanchonete, revendedora de Avon, sacoleira, salão de beleza, mercadinho, bombonière, loja de revestimento e móveis, papelaria e colégio, observa-se que a maioria das mulheres permanece em profissões consideradas femininas. Esta observação também foi concluída pela pesquisadora Carvalho. No seu artigo, Carvalho diz: ‘tal divisão termina por confirmar e dar continuidade à divisão sexual imposta desde a década de 50, aproximadamente, constituindo-se como um obstáculo para uma maior emancipação das mulheres e ruptura de espaços legitimados como destinados aos homens’ (2013:44).

O negócio das mulheres está, em oito dos dezessete casos, localizado onde a proprietária mora, nove negócios estão localizados em outro lugar, geralmente perto da residência da micro-empresendedora. Além disso, através do questionário pesquisou-se o motivo de ser dona de um negócio, as mulheres entrevistadas podiam escolher mais que uma resposta. A maioria, dez das dezessete mulheres abriu um negócio, porque teve a vontade de ter seu próprio negócio. Várias mencionaram que preferem trabalhar por conta própria do que ter um patrão. Cinco mulheres tiveram a necessidade de trabalhar por conta própria, duas abriram um negócio próprio por causa de desemprego ou dificuldade de arranjar outro

emprego, três por causa do cuidado com filhos e uma por causa da decisão do marido. Três mulheres mencionaram outros motivos como dar melhoria na vida da família, ter mais independência e uma mulher foi incentivada pelo pai. Na figura 5 mostra-se a quantidade das vezes que uma resposta foi escolhida pelas mulheres entrevistadas.

Figura 5: motivo de ser micro-empREENDEDORA



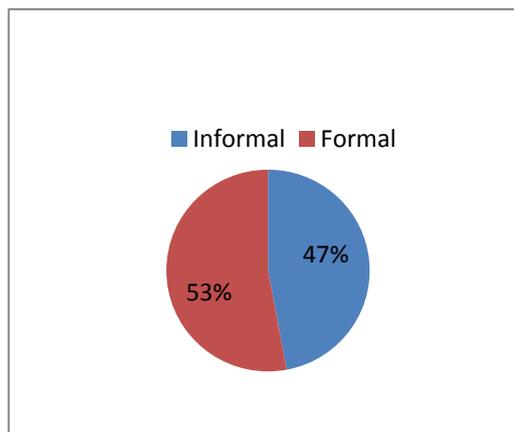
Fonte da autora; em base dos questionários

Todas as mulheres entrevistadas possuem seu negócio há mais de que um ano. Quatro mulheres possuem o seu negócio desde um período entre um e três anos, mais quatro entre três e cinco anos, novamente quatro mulheres são dona de um negócio com uma existência entre cinco e dez anos. Por fim, há cinco mulheres que já possuem o seu empreendimento há mais de dez anos. Nota-se também que todas as mulheres já tinham experiência profissional antes de abrir um negócio próprio. A maioria, doze das dezessete mulheres ou 70,59%, já trabalhou na mesma área, enquanto a minoria, cinco das dezessete mulheres ou 29,41%, tem experiência profissional em outra área.

A maioria das mulheres trabalha cinco dias ou mais por semana, apenas duas mulheres trabalham menos que cinco dias por semana. Sete das dezessete mulheres diz trabalhar todos os dias da semana, porque quando não trabalham, também não ganham dinheiro. Além disso, a maioria das mulheres trabalha sozinha ou seja não tem funcionário. Apenas seis das dezessete mulheres têm um funcionário ou mais, e, normalmente, o funcionário é o filho ou outro tipo de parente.

Todas as instituições oferecem microcrédito tanto aos empreendedores do setor formal, quanto informal. Na entrevista com a CAIXA, Paulo Lapa destaca que em 2013, 80% do público (feminino e masculino) que buscou microcrédito, possui um negócio informal. Porém, a pesquisa mostra outros resultados, isto porque é focado apenas em mulheres: 53% das mulheres entrevistadas possuem um negócio formal e 47% um negócio informal (veja figura 6). Na figura 7 mostra-se o grau de escolaridade baseado na (in)formalidade

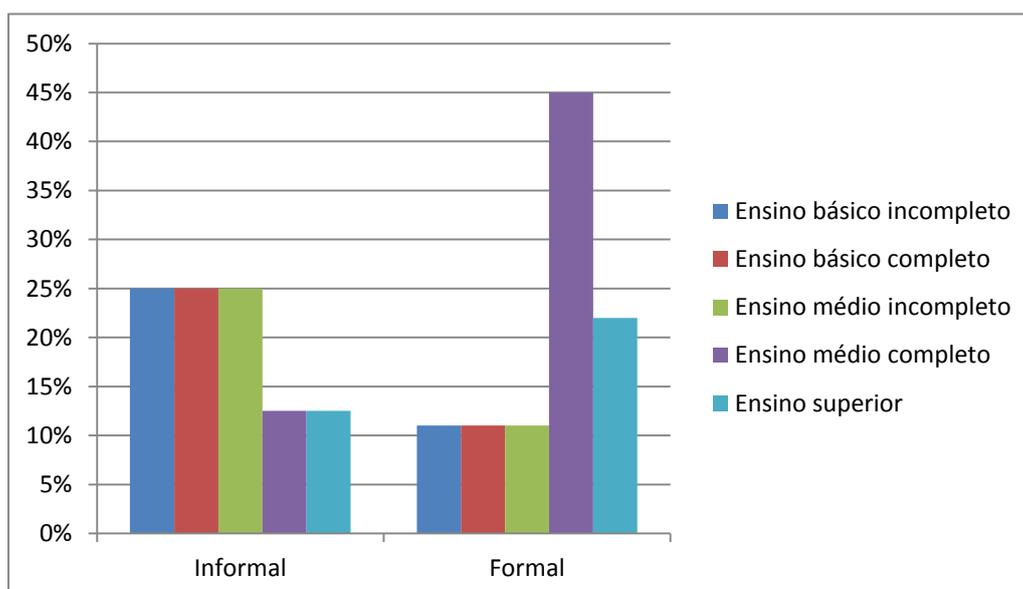
Figura 6: o negócio das mulheres entrevistadas é



Fonte da autora; em base dos questionários

do negócio. Das oito mulheres ou 47% das mulheres com negócios informais percebeu-se que seis delas não haviam concluído ensino médio; duas possuem ensino básico incompleto como grau de escolaridade mais elevado, duas ensino básico completo e mais duas ensino médio incompleto. Por fim, há uma mulher que concluiu ensino médio e outra mulher que possui um diploma do ensino superior. Já das mulheres com negócio formal percebe-se que quatro das nove mulheres concluíram ensino médio e duas ensino superior. Então conclui-se que nesta pesquisa as mulheres com um negócio informal têm em geral um grau de escolaridade mais baixo que mulheres que possuem um negócio formal.

Figura 7: grau de escolaridade baseado na (in)formalidade do negócio



Fonte da autora; em base dos questionários

3.3. Empoderamento das mulheres entrevistadas na RMR através de microcrédito

O último segmento deste capítulo dedica-se à questão do empoderamento. Através das entrevistas buscou-se formar uma imagem do empoderamento das mulheres segundo as instituições do microcrédito e os acadêmicos. Além disso, através dos questionários, buscou-se formar uma ideia do processo de mudança (*process of change*) das mulheres. Pesquisou-se se elas notaram uma mudança na vida delas a partir do momento que solicitaram microcrédito, não apenas a nível financeiro, mas também a nível social. É obvio que depois de algumas perguntas, não se pode concluir se as mulheres se empoderaram, porém sim pode formar-se uma ideia ou imagem do processo de mudança das mulheres.

Pesquisando a visão do empoderamento das instituições do microcrédito, Albani Teixeira de Souza diz que se percebe uma mudança forte na mulher. ‘Esta mudança na família só acontece, depois que ela cobra todas suas responsabilidades. Não é uma mudança da mulher, não é uma mudança individual, é da família. Quando ela busca crédito, é para buscar melhores condições de vida para a família’.

Racquel Costa diz que o processo do empoderamento da mulher é algo natural: ‘hoje, isso já acontece naturalmente na nossa sociedade. A partir do momento que ela tem acesso ao banco, uma conta que muitas nunca tiveram, nem documentos como Registro Geral (RG) coisas básicas, a partir do momento que ela tem a oportunidade de entrar num banco com muita facilidade, sem avalista, ela já inicia a empoderar-se. Ela tem a autoridade de dizer eu vou pegar o financiamento do banco, vou aplicar na minha atividade etc. Questão de ver o mundo da forma diferente a partir do momento que ela tem a autoridade de decidir sobre o futuro dela’.

Kaliana Rocha menciona que ‘no programa do microcrédito, o processo de solicitar crédito é facilitado, basta levar seus documentos até o banco. Por exemplo uma mulher sabe fazer brigadeiros muito bons, mas precisa de formas novas. Se ela for a um banco normal, não vai conseguir crédito. Mas se ela for a um banco que trabalha com microcrédito, ela consegue facilmente. Quando você facilita, você permite as mulheres se empoderarem. Se não, ela sempre depende de alguém, ou de um programa federal ou da família etc. Elas precisam ter independência financeira. Esse microcrédito faz aumentar a auto-estima para a mulher’. Além disso, comenta que ‘o impacto do microcrédito enquanto ao gênero é muito grande, porque ele empodera. Ela já não depende, por exemplo, do Bolsa Família ou do marido. Quando dá condições para ela, ela vai decidir sobre seu dinheiro, até a postura dela modifica. Quando ela chega a esse lugar ou estado, a relação com a família muda também’.

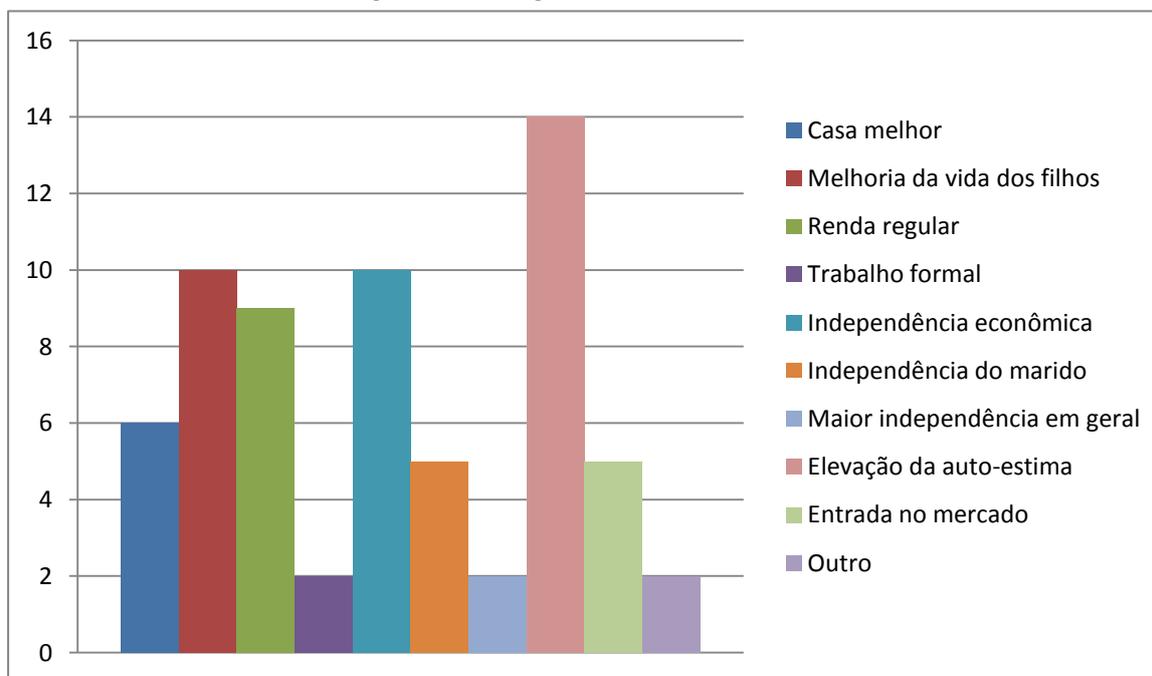
No último segmento do questionário dedicou-se à questão do empoderamento. Perguntou-se às mulheres se o microcrédito mudou a vida delas. A maioria, nove das dezessete disseram que sim. Duas delas acharam que a sua vida mudou muito, uma achou regular e três um pouco. Duas ainda não podiam dizer se a vida delas mudou, porque estavam apenas no começo do processo de solicitar microcrédito. Porém pensam que o microcrédito pode mudar a vida delas, ‘fica mais fácil, investe em outras coisas, traz muitas oportunidades’. Normanda, uma das mulheres entrevistadas, disse que ‘o microcrédito ajudou muito, tinha muitas coisas faltando no meu negócio’. Uma das mulheres, que tem uma barraca de lanches e bebidas naturais na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), não acha que o microcrédito mudou a vida dela. Está satisfeita com seu trabalho apesar de não ganhar muito dinheiro. Porém, a sua vida ‘continua a mesma, porque liberam pouca coisa, não dá para conseguir muito’.

Também buscou-se saber se as mulheres estavam satisfeitas com o trabalho delas. Quinze mulheres disseram estar satisfeitas com aquilo que fazem, uma regular e outra um pouco. Porém, apenas sete mulheres disseram que conseguiram realizar seu sonho. Duas mulheres ainda não conseguiram realizar seu sonho. Cinco mulheres ainda não sabiam responder essa pergunta, algumas falaram que vão conseguir, outras falaram que depende do valor que vão receber etc. Várias mulheres confessaram que sonham com algo diferente do que atualmente estão fazendo. Por exemplo Normanda; o sonho dela é abrir um negócio na casa e não trabalhar mais na rua. Agora prepara almoço em casa, mas vende na rua no centro de Recife. O sonho de Lidia é ter um salão de beleza em outro lugar com funcionários. Atualmente ela trabalha como cabeleireira em casa. Outra mulher diz que já conseguiu realizar seu sonho: ‘primeiramente agradeço Deus e em segundo lugar vem CEAPE’. Com o apoio do CEAPE-PE ela conseguiu realizar seu sonho. Começou a trabalhar com nove anos e atualmente possui uma grande loja de confecção e tem vários empregados. Há outra mulher que agora vende lanches em casa, mas quer abrir sua própria lanchonete. O microcrédito mudou a vida dela: ‘é uma oportunidade, porque é muito difícil conseguir dinheiro para conseguir o que quer na vida’. Outra mulher que possui um bar junto com o marido diz que o microcrédito por ela é ‘tudo o que quero, melhora tudo na minha vida, é uma conquista para mim’. O sonho dela é abrir um negócio de doces e salgados com a sua irmã. E assim, todas as mulheres entrevistadas têm os seus sonhos que pensam realizarem com o acesso ao microcrédito.

Finalmente questionou-se às mulheres o que conseguiram com o crédito, novamente mais que uma resposta era possível. Na figura 8 mostra-se as quantidade das vezes que uma

resposta foi escolhida. Elevação da auto-estima foi mencionada mais frequentemente pelas mulheres, isto é catorze vezes, seguido por melhoria da vida dos filhos e independência econômica, ambos dez vezes. Depois disto, vem a renda regular (nove vezes), casa melhor (seis vezes), independência do marido e entrada no mercado (ambos cinco vezes) e maior independência em geral (duas vezes). Uma mulher achou muito recente para dizer o que conseguiu o pode conseguir com o microcrédito e outra disse que conseguiu a melhoria do negócio. Sobre a questão da elevação da auto-estima uma mulher menciona: ‘tem o seu dinheiro, pode falar mais alto, pode fazer o que quiser’. Isto pode ser relacionado à definição do empoderamento de PNUD: ‘a auto-estima das mulheres; o direito de ter e determinar escolhas; o direito de ter acesso a oportunidades e recursos; ter o direito de ter o controle sobre sua própria vida, tanto em casa, como fora de casa (...) (2008:9).

Figura 8: conseguiu com microcrédito:



Fonte da autora; em base dos questionários

Os resultados do questionário encaixam com a teoria do Chen (1996). ‘O poder ou acesso das mulheres a recursos materiais é uma condição necessária para obter poder social e autonomia. Se a produtividade das mulheres aumentasse, as mulheres exerceriam maior poder e autonomia dentro das suas casas’ (Chen citado por Fariazi *et al*, 2011:19). Isto pode ser associado com o caso das mulheres entrevistadas. Isto é, depois de ter acesso ao microcrédito, as mulheres perceberam mudanças na vida delas, tanto a nível econômico (maior independência econômico, casa melhor e renda regular) quanto a nível social (independência

do marido, maior independência em geral, elevação da auto-estima e melhoria da vida dos filhos).

Conclusão

O objetivo deste estudo foi analisar a política do microcrédito na RMR e o empoderamento da mulher na região em questão graças aos programas do microcrédito. Através da consulta de artigos acadêmicos, de entrevistas com funcionários de instituições do microcrédito na RMR e com acadêmicos e de questionários com mulheres beneficiárias levou-se a cabo esta tese. Com esta pesquisa de campo buscou-se responder a seguinte pergunta central desta tese: ‘microcrédito pode empoderar mulheres?’.

O primeiro surgimento do microcrédito no Brasil ocorreu com a criação da ONG UNO em 1973, que trabalhava nos municípios de Recife e Salvador. Depois disso, surgiram várias outras instituições no país, sendo todas ONGs e OSCIPs. Só a partir dos anos 90 foi que o governo federal, especialmente na época do Governo Cardoso, começou a introduzir o microcrédito nas políticas públicas para reduzir as altas taxas de desemprego, de pobreza e a desigualdade social e da renda no Brasil. Porém, foi só no Governo Lula que o microcrédito ganhou um lugar definitivo nas políticas sociais do Brasil, além dos outros programas sociais como Bolsa Família. Com o lançamento de várias leis e do PNMPO, o Governo Lula regulamentou o marco legal do microcrédito para ampliar o segmento do microcrédito. De fato, foi durante o atual governo, Governo Dilma, que o microcrédito tornou-se protagonista nas políticas sociais com a implementação do Programa Crescer.

Comparado ao surgimento do microcrédito no Brasil, o caso da RMR não é nada diferente. Até aproximadamente 2000 as instituições predominantes do microcrédito eram as OSCIPs como por exemplo o CEAPE-PE e o Cred Cidadania, e também outras instituições já abolidas. Em geral, estas OSCIPs trabalhavam em parceria com os governos locais e ONGs. Conforme Maria de Lourdes Alves Oliveira: ‘nessa época os bancos ainda não trabalhavam com microcrédito, os pobres ainda não tinham acesso ao crédito’. O único banco que já oferecia microcrédito naquela época, era o BNB com o Programa Crediamigo de 1998. Desde o começo, o banco cresceu extremamente e segundo Ademário Alves ‘hoje em dia o Crediamigo é o maior programa do microcrédito na América Latina’. Nos últimos dez anos os bancos foram interessando-se cada vez mais em oferecer microcrédito. Este interesse cresceu devido ao sucesso que os programas do microcrédito tiveram no Brasil. Especialmente desde o lançamento do programa federal Crescer, os bancos públicos tornaram-se os maiores fornecedores de microcrédito no Brasil.

Dentro dos programas do microcrédito na RMR, as mulheres representam a maioria dos tomadores, embora as instituições não se focalizem especificamente em mulheres.

Instituições como CEAPE-PE e Cred Cidadania que trabalham só no estado de Pernambuco ou na RMR, mas também instituições como Crediamigo e CAIXA Crescer que estão no Nordeste e no país inteiro destacam que a maioria dos seus clientes é mulher, conforme José Ventura Sobrinho isto ‘é uma demanda natural’.

Dentro da literatura, o microcrédito é frequentemente relacionado ao empoderamento da mulher. Sem dúvida, a mulher tende beneficiar-se mais que o homem através do acesso ao microcrédito. Os programas de microcrédito introduzem as mulheres na economia de dinheiro, as incentivam a desenvolver habilidades de empreendimento, e tendem a estimular crescimento econômico. Estudos revelam que a taxa de natalidade das tomadoras de microcrédito é mais baixa, e que os seus filhos tendem a ser mais saudáveis. Fornecedores de microcrédito preferem beneficiar mulheres que homens, porque é mais provável que elas reembolsem o empréstimo e que gastem o salário em benefício a família (Epstein H. e Kim J. citado por Dossey).

Voltando à pergunta central desta pesquisa, conclui-se portanto que o microcrédito pode ser um mecanismo de empoderar mulheres. Vários autores opinaram que o microcrédito facilita a vida das mulheres empreendedoras, porém que a situação social e econômica continua inalterada. Lucarelli diz: ‘embora os projetos (*do microcrédito*) tenham sido considerado bem sucedidos, os problemas de desigualdade de gênero, redução de pobreza e empoderamento das mulheres persistiram, até pioraram’. Lucarelli opina que o microcrédito pode ser usado como instrumento para empoderamento social, especialmente para as mulheres. ‘Microcrédito pode ser um mecanismo para estimular o setor informal, mas necessita-se uma estratégia mais abrangente para conseguir a redução de pobreza enraizada. O papel do microcrédito é apenas facilitar investimento’.

No entanto, esta pesquisa chegou a mostrar outra realidade. O microcrédito, segundo as instituições analisadas, chega a ter um maior impacto no desenvolvimento econômico, porém o impacto vai além da melhoria econômica. Todas as instituições analisadas destacam que não dão microcrédito pelo microcrédito em si, e sim pelo desenvolvimento dos tomadores. Como Agnaldo Nunes de Souza diz: ‘não é apenas financiar, vai melhorar as condições das pessoas’. As instituições, exceto AGEFEPE e Cred Cidadania, não fazem distinção entre homem e mulher, como Ademário Alves menciona ‘não discrimina se é homem ou mulher’. Porém, na questão do empoderamento, o empoderamento das mulheres tende a ser mais visível que o dos homens, porque antes de entrarem em um programa social as mulheres encontram-se mais frequentemente em um estado de desempoderamento que homens. Segundo Kabeer, desempoderamento quer dizer sem poder. Uma das definições do poder é a

capacidade de fazer escolhas. Escolha implica necessariamente a possibilidade de ter opções ou alternativas. Ser desempoderado, portanto, significa ser impossibilitado de fazer escolhas. O empoderamento refere-se, por isso, ao processo de adquirir a capacidade de fazer escolhas. Por tanto, as mulheres tendem a ser mais desempoderadas que homens, porque antigamente, segundo Kaliani Rocha, as mulheres encontravam-se mais no mundo privado, doméstico. O homem, segundo a distribuição tradicional dos papéis, é quem gera renda para a família, e por tanto, é quem faz as escolhas na vida domiciliar. Porém, com o acesso facilitado ao crédito na política do microcrédito, as mulheres conseguem sair do mundo privado, fazer sua entrada no mundo público e gerar renda. Kaliani Rocha demonstra as consequências do acesso ao microcrédito pelas mulheres: ‘dá condições para ela, ela vai decidir sobre seu dinheiro, até a postura dela modifica. Quando ela chega a esse lugar, a relação com a família muda, porque ela se empodera’.

Os resultados do questionário mostram que o microcrédito tem beneficiado as mulheres entrevistadas. Percebe-se uma mudança na vida delas desde que estão envolvidas em um programa do microcrédito. Elas destacaram a elevação da auto-estima como principal consequência do microcrédito. Como Carvalho menciona: ‘...fica evidente que tais mulheres encontram no microcrédito uma possibilidade, uma chave para a lucratividade nos âmbitos econômico, social, cultural e psicológico. Quanto ao econômico, na geração de renda e estabilidade financeira. No social, como um meio de emancipação e de ruptura das situações de discriminação. No aspecto cultural, na tentativa de romper com a ideologia de dominância masculina. Por fim, psicologicamente, através da elevação da auto-estima e do sentir-se produtiva’ (2008:6). Os resultados obtidos mediante esta pesquisa de campo chegam portanto a comprovar dita conclusão. As mulheres entrevistadas veem o microcrédito como oportunidade de melhorar as condições da vida delas mesmas e de seus filhos. Tanto economicamente, quanto socialmente e psicologicamente as mulheres se beneficiaram. Economicamente, porque com o acesso ao crédito e a aplicação do crédito no negócio geram renda e conseguem independência financeira e renda regular. Quanto ao social, porque as mulheres conseguem independizar-se do marido e sair do mundo privado. Por fim, no aspecto psicológico, porque as mulheres passam por uma elevação da auto-estima e começam a sentir-se mais independente em geral. A maioria das mulheres entrevistadas passaram ou estão passando por um processo de mudança, por um processo de empoderamento e que, neste caso, o empoderamento foi causado pelo microcrédito.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE SILVEIRA FILHO, J. (2005). *Microcrédito na Região Metropolitana do Recife: Experiência Empreendedora do CEAPE*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Economia, Brasil [inédita].

BARONE, F.M. e SADER, E. (2009). 'Access to credit to fight poverty in Brazil', *International Journal of Case Method Research & Application*, 21(1), 19-25.

BITTENCOURT, G.; MAGALHÃES, R. e ABRAMOVAY, R. (2005). 'Informação de crédito: um meio para ampliar o acesso dos mais pobres ao sistema financeiro', *Pesquisa & Debate*, São Paulo, 2(28), 203-248.

Boletim informativo da Associação para o Desenvolvimento da Mulher do Rio de Janeiro (novembro/dezembro 2002). '18 anos de Banco da Mulher Brasil', Rio de Janeiro, 5(13).

BUVE, R. e WIESEBRON, M. (comp.) (1999). '*Procesos de integración en América Latina: perspectivas y experiencias latinoamericanas y europeas*'. México, D.F.: Universidade Ibero-americana e Amsterdã: Centro de Estudos e Documentação Latino-americanos.

CARVALHO, G. C. (2013). 'Microcrédito e empreendedorismo feminino em Recife: uma alternativa para a superação das desigualdades no mundo do trabalho', *NOVUS*, 1(1), 38-50.

CARVALHO, G. C. (2008). 'Relações de gênero no mercado de trabalho informal: um estudo de mulheres beneficiadas por microcréditos em Recife', *Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder*, 25, 26, 27 e 28 de agosto de 2008, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina

CORTES NERI, M. (2007) 'Pobreza e políticas sociais na década da redução da desigualdade', *Revista Nueva Sociedad Especial em Português*, Nº 3, 53-75.

DA COSTA, E.V. (2008). *O microcrédito como alternativa de renda: um estudo de caso do Banco Popular do Brasil*. Tese de graduação, Universidade Federal de Santa Catarina, Ciências Econômicas, Brasil [inédita].

DIGHE, A. (1995). 'Women's literacy and empowerment: the Nellore experience' em: MEDEL-AÑONUEVO, C. (ed.), *Women, education and empowerment: Pathways towards autonomy* (38-45). Hamburg: UNESCO Institute for Education.

DOSSEY, L. (2007). 'The Peasant and the Professor: On Trust, Microcrédito, and World Poverty', *Explore*, 3(5), 433-444.

FARAIZI, A.; RAHMAN, T. e MCALLISTER, J. (2011). *Microcredit and Women's Empowerment. A case study of Bangladesh*. Abingdon: Routledge Contemporary South Asia.

GERALDO, I. (2004). *O impacto do microcrédito na trajetória sócio-ocupacional das mulheres empreendedoras: a experiência da BluSol*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Sociologia Política, Brasil [inédita].

GUEDES DE OLIVEIRA ALMEIDA, F. (2013). *Impacto do Microcrédito na Redução da Pobreza na Região Nordeste*. Tese para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Brasília.

LAZO, L. (1995). 'Some reflections on the empowerment of women', em: MEDEL-AÑONUEVO, C. (ed.), *Women, education and empowerment: Pathways towards autonomy* (23-37). Hamburg: UNESCO Institute for Education.

LUCARELLI, B. (2005). 'Microcredit: A cautionary tale', *Jornal of Contemporary Asia*, 35(1), 78-86.

LUNDÉN, E. (2006). '*Empowerment of women: Postcolonial feminist theory challenging mainstream feminist perspectives*'. Tese, Lund University, Department of Political Science, Sweden [inéditada].

MALHOTRA, A. et al. (2002). *Measuring Women's Empowerment as a Variable in International Development*. Washington, DC: Gender and Development Group, The World Bank.

MEDEL-AÑONUEVO, C. (1995). 'The International Seminar on Women's Education and Empowerment', em: MEDEL-AÑONUEVO, C. (ed.), *Women, education and empowerment: Pathways towards autonomy* (5-12). Hamburg: UNESCO Institute for Education.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À POBREZA (MDS) (2012). *O Estado das Cidades da América Latina e Caribe 2012: rumo a uma nova transição urbana*. Estudos Técnicos Sagi N.º 15/2012, 1-14.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (2012). 'Informações Gerenciais do Programa de Geração de Emprego e Renda', *Informe PROGER*, Outubro 2012, 1-41.

MORAES ZOUAIN, D. & BARONE, F.M. (2007). 'Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC', *Revista de Administração Pública*, 41(2), 369-380.

MOSEDALE, S.(2005). 'Assessing women's empowerment: towards a conceptual framework', *Journal of International Development*, 17(2), 243-257.

NOGUEIRA DA COSTA, F. (2010). 'Microcrédito no Brasil', *IE/UNICAMP* N° 175, 1-29.

NOGUEIRA LIMA, S. (2009). 'Microcrédito como política de geração de emprego e renda', *Revista do BNDES*, 47-76.

PEREIRA, A. D. (2013). *Microcrédito no Brasil: Situação Atual, Obstáculos, Caso Crediamigo e Educação Financeira*. Tese de graduação, Universidade Estadual de Campinas, Ciências Econômicas, Brasil [inédita].

SKOUFIAS, E.; LEITE, P. e NARITA, R. (2013). 'Expanding Microfinance in Brazil: Credit Utilisation and Performance of Small Firms', *The Journal of Development Studies*, 1-14.

SOUTO DE OLIVEIRA, J. (org.) (1993). *O traço da desigualdade social no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

STROMQUIST, N.P. (1995). ‘The theoretical and practical bases for empowerment’, em: MEDEL-AÑONUEVO, C. (ed.), *Women, Education and Empowerment: Pathways towards Autonomy* (13-22). Hamburg: UNESCO Institute for Education.

TABAK, B. (2012). ‘Brasil avança, mas é quarto país mais desigual da América Latina, diz ONU’, Rio de Janeiro, 21 de agosto 2012, G1, <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/08/brasil-avanca-mas-e-quarto-pais-mais-desigual-da-america-latina-diz-onu.html>.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM (2008). ‘Women’s economic empowerment’, in, *Innovative approaches to promoting women’s economic empowerment* (7-18). New York: UNDP.

VINICIUS DA COSTA, E. (2008). *O microcrédito como alternativa de renda: um estudo de caso do Banco Popular do Brasil*. Tese de graduação, Universidade Federal de Santa Catarina, Ciências Econômicas, Brasil [inédita].

YUNUS, M. (1999). *Banker to the Poor. Micro-lending and the battle against poverty*. New York: PublicAffairs.

Fontes eletrônicas:

- <http://proger.mte.gov.br/portalproger/pages/sobreproger.xhtml>
- <http://www2.mte.gov.br/fat/historico.asp>
- <http://ipeadata.gov.br/>
- http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/Microcredito/historico.html
- http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2010/todas/20100316_mudancas_microcredito.html
- <http://cafe.ebc.com.br/cafe/arquivo/programa-crescer-de-microcredito-produtivo-orientado-ja-emprestou-quase-r-9-bilhoes>

- http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/05/programa-crescer-oferece-credito-a-pequenos-empresarios/image_view_fullscreen
- <http://portal.mte.gov.br/imprensa/programa-de-microcredito-produtivo-orientado-e-ampliado-e-os-juros-caem-para-8-ao-ano.htm>
- <http://www.diariodopoder.com.br/noticias/microcredito-e-opcao-para-quem-quer-deixar-o-bolsa-familia/>

Lista de entrevistas, observações participantes e questionários

- Crediamigo: Raquel Costa (coordenadora da equipe da agência em Boa Vista)
- Agência do Crédito: Albani Teixeira de Souza (Presidente do Conselho de Administração)
- Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos de Pernambuco (CEAPE-PE): José Ventura Sobrinho (Diretor Executivo)
- Banco do Nordeste: Ademário Alves (Gerente Regional de Microfinanças do BNB)
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE): João Albuquerque da Silva (Diretor da ‘Unidade de Negócios Projetos Especiais’)
- Agência de Fomento do Estado de Pernambuco (AGEFEPE; Secretaria de Trabalho, Qualificações e Empreendedorismo): Agnaldo Nunes de Souza (Presidente) & Kleber R. Quintas de Lira (Superintendente)
- Caixa Econômica Federal: Paulo Lapa (Coordenador de Especialização em Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas)
- Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): Rodrigo Aguiar (Administrador Gabinete da Presidência)
- Cred Cidadania: Maria de Lourdes (Diretora)
- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE): Russel Parry Scott (Coordenador de Especialização em Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas)
- UFPE: Dra. Euda Kaliani Gomes Teixeira Rocha (Professora do Departamento de Psicologia)

Observação participante:

- 4 Palestras Crediamigo em Afogados, Mustardinha e Mangueira. Visita às comunidades para fazer uma palestra sobre o Crediamigo e formar grupos solidários de microcrédito

Visitas aos clientes:

- AGEFEPE
- CEAPE-PE
- Crediamigo

Questionários: 17

Anexo de fotos



Palestra I e levantamento financeiro Crediamigo, Afogados, Recife, 19/11/2013



Palestra I e levantamento financeiro Crediamigo, Afogados, Recife, 19/11/2013



Palestra II Crediamigo, Afogados, Recife, 21/11/2013



Oficina CAIXA, Ilha do Leite, Recife, 09/12/2013



Negócio I, sacoleira, cliente CEAPE-PE, Rio Doce, Olinda, 10/12/2013



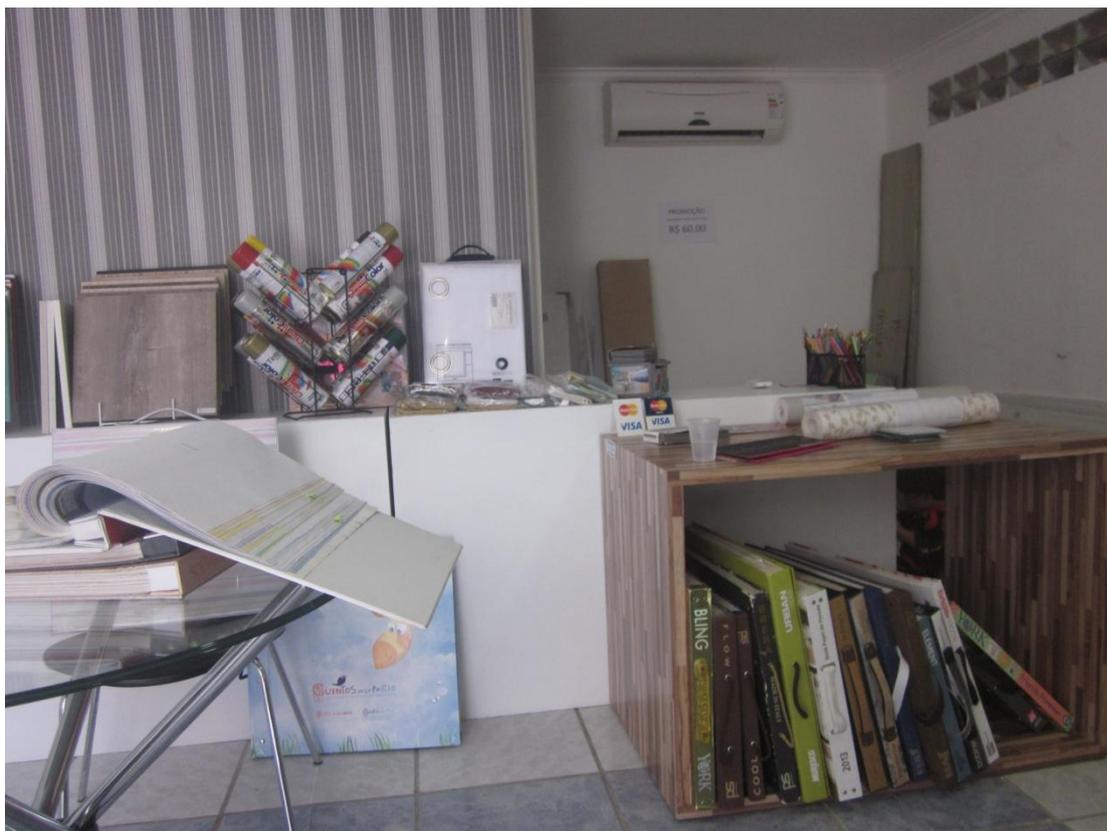
Negócio II, loja de confecção, cliente CEAPE-PE, Recife Antigo, Recife, 10/12/2013



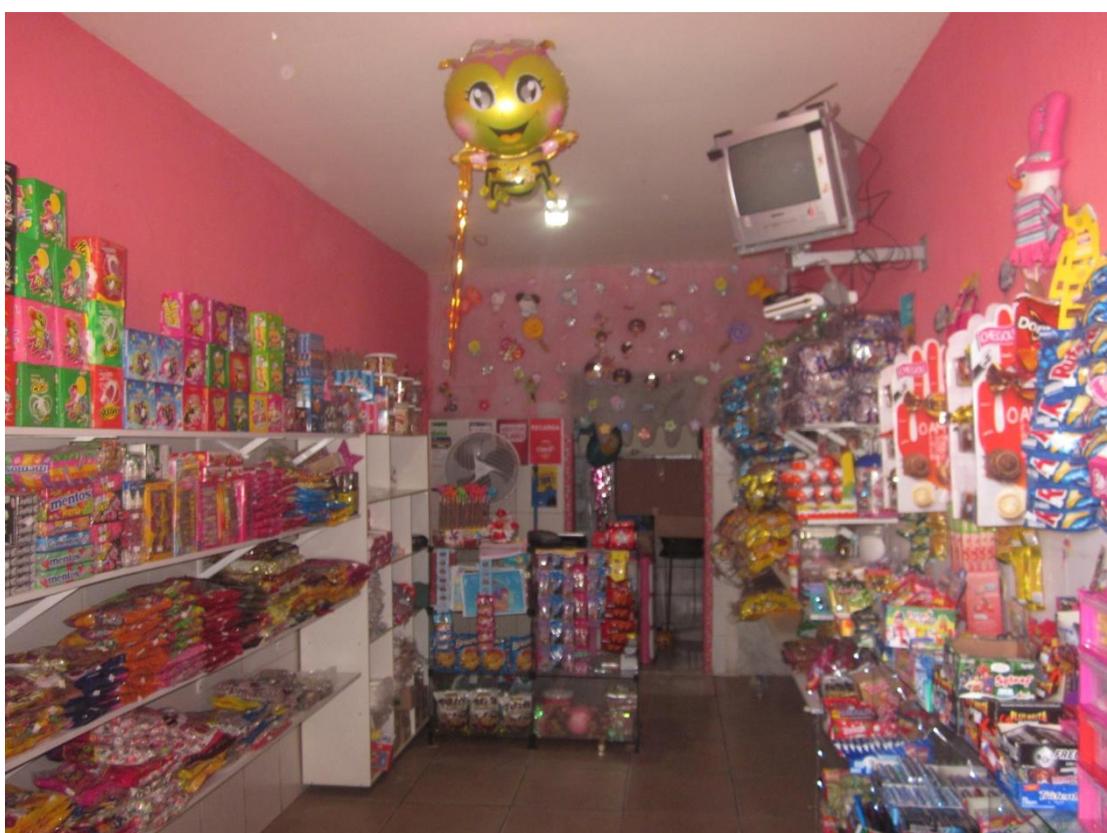
Negócio III, barraca de confecção, cliente CEAPE-PE, Recife Antigo, Recife, 10/12/2013



Negócio IV, loja de movéis, cliente AGEFEPE, Paulista, 11/12/2013



Negócio V, loja de revestimentos, cliente AGEFEPE, Paulista, 11/12/2013



Negócio VI, bomboniere, cliente AGEFEPE, Olinda, 11/12/2013